

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA/SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE

JÔSIANE SANTOS BARRETO ROCHA

INCLUSÃO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS EM UMA ESCOLA
PÚBLICA NO EXTREMO SUL BAIANO

ARARAQUARA
2025

JÔSIANE SANTOS BARRETO ROCHA

**INCLUSÃO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS EM UMA
ESCOLA PÚBLICA NO EXTREMO SUL BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientadora: Professora Dr^a. Maria Lúcia Ribeiro

**ARARAQUARA - SP
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

R573i Rocha, Jôsiane Santos Barreto

Inclusão educacional: perspectivas e desafios em uma escola pública no extremo sul baiano/Jôsiane Santos Barreto Rocha. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2025.

102f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA.

Orientador: Profa. Dra. Maria Lúcia Ribeiro

1. Inclusão. 2. Práticas educativas. 3. Formação continuada.

I. Título.

CDU 577.4

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): **Jôsiane Santos Barreto Rocha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Lúcia Ribeiro
UNIARA – Araraquara

Profa. Dra. Maria Betanea Platzer
UNIARA – Araraquara

Profa. Dra. Flávia Cristina Sossae
UNIARA – Araraquara

Araraquara – SP 23 de abril de 2025.

RESUMO

Entende-se que práticas de uma educação inclusiva, capazes de promover a aprendizagem e o pleno desenvolvimento do aluno, são direitos de todos. Nesta perspectiva, esta pesquisa se constitui de uma análise dos desafios para lidar com o processo de inclusão, enfrentados pelos professores, monitores e funcionários do ensino fundamental em um espaço escolar público municipal no extremo sul baiano, propondo medidas e alternativas de práticas e ações pedagógicas de uma efetiva educação inclusiva. Inicialmente, concretizando um levantamento de dados secundários quanto à evolução das legislações pertinentes, documentos da Instituição em estudo e laudos apresentados por cada educando. Em seguida, foram realizadas rodas de conversa e aplicação de questionário semiestruturado ao corpo docente, representantes de funcionários, equipe gestora e representantes de pais de alunos com deficiência da Instituição de Ensino. As informações coletadas foram consideradas nas perspectivas do referencial teórico e do objetivo proposto pela pesquisa. O estudo destacou o que são os conceitos de alunos com deficiência e quais as especificidades dos alunos que estudam nessa Unidade Escolar. Além disso, abordou também a importância de metodologias pedagógicas adequadas para efetivar uma real inclusão. Por fim, a pesquisa discutiu os benefícios almejados no programa Sala de Recursos Multifuncionais no cotidiano estudantil dos alunos desse público. Nessa pesquisa os resultados foram utilizados para análise do processo de inclusão, expressos por avanços, reflexões e ações na prática inclusiva, necessidade de repensar melhorias nos métodos pedagógicos, formação e desafios encontrados como: aumentar a parceria com as famílias, propiciar formação continuada para os professores, monitores e/ou professores de apoio que atuam com os alunos com deficiência. Em suma, esperou-se com o estudo fomentar reflexões, divulgar e ampliar a melhoria nas práticas educativas inclusivas, frente aos desafios encontrados pela equipe escolar na Instituição de Ensino no processo de inclusão.

Palavras-chave: Inclusão. Práticas educativas. Formação Continuada.

ABSTRACT

It is understood that inclusive education practices, capable of promoting student learning and full development, are everyone's rights. From this perspective, this research consists of an analysis of the challenges in dealing with the inclusion process, faced by teachers, monitors and elementary school staff in a municipal public school space in the extreme south of Bahia, proposing measures and alternatives for practices and pedagogical actions for effective inclusive education. Initially, carrying out a survey of secondary data regarding the evolution of relevant legislation, documents from the Institution under study and reports presented by each student. Afterwards, conversation circles and a semi-structured questionnaire were administered to the teaching staff, employee representatives, management team and representatives of parents of students with disabilities at the Educational Institution. The information collected was considered from the perspectives of the theoretical framework and the objective proposed by the research. The study highlighted what the concepts of students with disabilities are and what are the specificities of students who study in this School Unit. Furthermore, it also addressed the importance of appropriate pedagogical methodologies to achieve real inclusion. Finally, the research discussed the benefits sought by the Multifunctional Resource Room program in the daily life of students in this group. In this research, the results were used to analyze the inclusion process, expressed by advances, reflections and actions in inclusive practice, the need to rethink improvements in pedagogical methods, training and challenges encountered such as: increasing partnership with families, providing continued training for teachers, monitors and/or support teachers who work with students with disabilities. In short, the study was expected to encourage reflections, disseminate and expand improvements in inclusive educational practices, given the challenges encountered by the school team at the Educational Institution in the inclusion process.

Keywords: Inclusion. Educational practices. Continuing Training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACs – Atividades Complementares

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EI – Educação Inclusiva

EF – Ensino Fundamental II

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

FASB – Faculdade do Sul da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIA – Projeto Lazer, Inclusão e Acessibilidade

MEC – Ministério da Educação

ONG – Organização Não Governamental

PAED – Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência

PAE – Plano de Ação Educacional

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEE – Lei de Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial

PEI – Plano Educacional Individualizado

PPP – Projeto Político Pedagógico

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação

SEM – Salas de Recursos Multifuncionais

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TOD – Transtorno Opositor Desafiador

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Educação Especial.	13
Figura 2 - Tipos de classe de acordo com as modalidades de ensino no Brasil.	17
Figura 3 - Rodas de conversa e momentos de escuta com professores, monitores, funcionários de apoio e administrativos.	55
Figura 4 - Rodas de conversa e momentos de escuta com representantes de alunos.	55
Figura 5 - Rodas de conversa e momentos de escuta com representantes de pais.	56
Figura 6 - Sala de Recursos Multifuncionais.	59
Figura 7 - Curso de Formação Continuada ministrado por psicóloga e psicopedagoga com docentes e monitores da Unidade Escolar.	61
Figura 8 - Cursos de Formação Continuada ministrado por psicopedagoga com docentes, monitores e equipe gestora da Unidade Escolar.	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias das Deficiências.	26
Quadro 2 - Categorização dos Sujeitos da Pesquisa.	48
Quadro 3 - Plano de Ação Educacional/PAE - Propostas de intervenção para o aprimoramento das políticas públicas de educação inclusiva realizadas na escola.	89

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OBJETIVOS.....	24
2.1 Geral.....	24
2.2 Específicos	24
3. ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....	25
3.1 Práticas pedagógicas: heterogeneidade no processo de ensino-aprendizagem.....	29
3.2 Sala de recursos multifuncionais	33
4. EDUCAÇÃO ESPECIAL E A RELAÇÃO: ESCOLA E FAMÍLIA.....	39
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
5.1 Universo da pesquisa	45
5.2 Coleta dos dados	47
5.2.1 Primários.....	47
5.2.2 Secundários.....	50
5.2.3 Tratamento dos dados.....	51
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
6.1 Primeiros passos da Pesquisa.....	52
6.2 A busca da inserção em uma Unidade Escolar Pública Municipal.....	53
6.2.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP).....	53
6.2.2 A sala multifuncional	58
6.2.3 A formação continuada	60
6.3 Reflexões a partir da aplicação de questionário com docentes, monitores e representantes de funcionários da Unidade Escolar.....	63
6.4 Reflexões a partir da aplicação de questionário com representantes de pais/responsáveis de alunos com deficiência.....	80
7. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA APRIMORAR UMA EFETIVA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	86
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	100
APÊNDICE A – Roteiro de questionário aplicado aos docentes, monitores e representantes de funcionários	100
APÊNDICE B – Roteiro de questionário aplicado aos familiares.	102

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, que prática da educação inclusiva foi objeto de reflexão, tendo como foco os desafios para lidar com o processo de inclusão, enfrentados pelos professores, monitores e funcionários do Ensino Fundamental II (EF) em um espaço escolar público municipal, propondo medidas e alternativas de práticas e ações pedagógicas de uma efetiva educação inclusiva.

O ingresso no mestrado e a realização desta pesquisa correspondem a uma nova etapa do mundo científico para mim. Trata-se do resultado de percurso principiado nas universidades a partir da dinâmica acadêmica no Curso de Pedagogia, na Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), no curso de licenciatura em Letras Vernáculas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na pós-graduação em Gestão Escolar na Faculdade do Sul da Bahia (FASB), associado à prática profissional, atuando por dezesseis anos como professora e há quatro anos como gestora escolar na Rede Municipal de Ensino em uma pequena cidade, na Bahia, cuja experiência de trabalho fomentou questionamentos, provocações e indagações sobre as principais dificuldades encontradas para lidar com o processo de inclusão.

Essas experiências deflagraram a discussão das questões envoltas nos problemas detectados na promoção de uma concreta Educação Inclusiva (EI), compreendendo a necessidade, como professora, da abordagem sobre a temática, numa perspectiva transdisciplinar, para reflexão da importância da equidade no processo de ensino-aprendizagem, bem como na maturação do meu interesse em pesquisar os fatores envolvidos na inclusão escolar dos alunos com deficiência.

Para que isso seja possível, este trabalho se divide em duas partes: na primeira, foi abordado um referencial teórico acerca das interfaces da temática; na segunda, foi realizada uma pesquisa de campo.

A concretização da educação inclusiva tem despertado enérgicas discussões, promovendo reflexão sobre a prática educativa e estimulando o desenvolvimento de numerosas pesquisas para desvelar esse complexo fenômeno social e escolar.

No entanto, a realidade social e educacional do país, a despeito de todo o aporte legal, demanda medidas e ações que propiciem a universalização da educação, permitindo o acesso, a permanência e a aprendizagem escolar de todos os educandos.

Assim, a análise circunstancial e contextualizada dos sistemas de ensino torna-se significativa no processo, visto que o aumento no número de matrículas dos alunos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, tende a gerar tensões e contradições nos sistemas de ensino para o atendimento desse alunado.

Essas pessoas passam por muitos desafios na sociedade e a educação precisa ser transformadora para conceber um mundo mais equitativo e justo para todos. É nessa premissa que se fundamenta a educação inclusiva, tendo como finalidade atender as necessidades de cada indivíduo e facilitar o processo de aprendizagem desses educandos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 19 milhões de pessoas com 2 anos ou mais possuem algum tipo de deficiência, nos membros inferiores, membros superiores, deficiência auditiva, visual ou intelectual, representando 8,9% da população brasileira nessa faixa etária. Dentre elas, 47,2% possuem 60 anos ou mais, o que equivale a aproximadamente 8,8 milhões de pessoas (IBGE, 2022).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 relata seguinte sobre a educação de crianças com deficiência: “Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais”. Porém a legislação aborda a matrícula dessas crianças em ensino regular, não levando em conta as necessidades de condições que permitam o desenvolvimento de ensino/aprendizagem dos discentes, tornando o processo inclusivo no Brasil, um grande desafio a ser superado como se pretendeu observar no estudo.

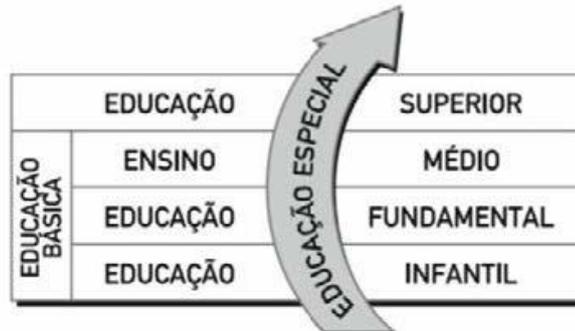
Considerando estes aspectos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LBD), atribuiu significado à Educação Especial, servindo também para definir os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva (KASSAR, 2011).

Educação Especial: Modalidade de educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 39).

Nessa Lei, a Educação Especial é percebida como modalidade transversal, bem como demais modalidades educacionais (Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos etc.), e perpassa todos os níveis de educação escolar, denotando que envolve todo o processo do ensino, desde a

etapa da Educação Infantil até a universidade, todos possuem direito ao ensino garantido por lei (Figura1).

Figura 1 - Educação Especial.



Fonte: Unesco (2003).

Deste modo, na perspectiva de Educação Especial (EI) a instituição de ensino torna-se um ambiente de acolhimento favorável, adaptado ao aluno. A EI se diferencia da Educação Especial, uma vez que não é apontada como modalidade, mas como um artifício metodológico incluso da educação básica.

[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996- LDB 9694/96- é promulgada, propondo a adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente todas as crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser focado discurso de inclusão escolar (KASSAR, 2011, p. 71).

A educação especial segue a abordagem de que os educandos com especialidades devem participar do processo de ensino-aprendizagem separado dos demais alunos, em instituições ou em turmas especializadas, sendo ministrada em momento oposto em que o educando estuda. Contudo, a educação inclusiva visa desenvolver a autonomia desses estudantes em turmas com alunos no ensino regular, de modo a favorecer o respeito às diferenças e à empatia em sala de aula, levando em conta o desenvolvimento social dos estudantes, estimulando transformações atitudinais, estruturais e curriculares, com a finalidade de acolher a ampla demanda de estudantes independentemente de suas particularidades nas escolas de ensino comum.

A prática da inclusão vem da década de 80, porém consolidada nos anos 90, segue o modelo social da deficiência, segundo o qual a nossa tarefa consiste em modificar a sociedade (escolas, empresas, programas, serviços, ambientes físicos etc.) para torná-la capaz de acolher todas as pessoas que apresentem alguma diversidade, portanto estamos falando de uma sociedade de direito para todos (PAULA, 2006, p. 48).

É nesta perspectiva da EI que os educadores desenvolvem sua prática com os alunos com dificuldades e deficiências, provocando uma proposta de inclusão em que os educandos matriculados no ensino regular são inseridos.

Se a escola é para todos, certamente deverá abarcar, no processo de escolarização, os alunos com necessidades educacionais especiais, seja qual for a sua origem. Assim, uma cultura escolar inclusiva será mais efetivamente implantada se as relações escolares forem permeadas pelo respeito ao outro e por uma postura democrática da gestão escolar. (SILVA; LEMES; 2009, p. 509)

Assim, a principal diferença entre educação especial e inclusiva é que enquanto o público-alvo da primeira é voltado para pessoas com deficiência, a segunda abordagem reconhece que todos são diferentes dentro do ambiente escolar. Dessa forma, pessoas com ou sem deficiência aprendem juntos.

A educação com perspectiva inclusiva entende a singularidade do aluno e utiliza de uma didática adequada, tanto no trato com as famílias, que muitas vezes tem dificuldade a deficiência, como nas propostas pedagógicas que visam os alunos com e sem deficiência. (SILVESTRE, 2018).

O movimento mundial pela inclusão é considerado um ato político, cultural, social e pedagógico, que tem por objetivo defender os direitos de todos os estudantes de permanecerem juntos, aprendendo e compartilhando, sem qualquer tipo de discriminação:

[...] todos os defensores da inclusão devem unir-se no reconhecimento de que as escolas que implementam práticas educacionais sólidas são boas para todos os alunos. [...]. O fator mais importante é ter coragem para fazer o que é certo, apesar dos desafios e das barreiras que surgem. O resultado é um sistema educacional mais forte e mais eficiente para todos os alunos (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 85).

A EI constitui um padrão educativo baseado na busca de direitos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

Trata-se de um paradigma educacional que se fundamenta na concepção de direitos humanos (FRIGOTTO, 2011).

Diante dessa fundamentação, o MEC apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, na busca de constituir políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para todos os alunos (BRASIL, 2008).

O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) implantado pelo MEC em 1973 tem por função gerir a educação especial no Brasil. Já a CF/88 traz como um dos seus objetivos essenciais, “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º inciso IV) (BRASIL, 1988). Define ainda em seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, como um dos princípios para o ensino, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, e garante como dever do Estado, fornecer atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo o MEC, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, sem exceção, cabendo às instituições organizarem-se para o atendimento especial aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, proporcionando as condições ideais para a uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

A Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 55, complementa os dispositivos legais supracitados ao ordenar que os pais ou responsáveis tenham a obrigação de matricular seus filhos na rede de ensino. Ainda dessa década, a Declaração Mundial de Educação para Todos (BR1990) e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), também passam a interferir na formulação das políticas públicas de educação inclusiva. A atual Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 59, recomenda que os sistemas de ensino devam fornecer aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos que supram às suas necessidades.

A Convenção da Guatemala (1999), implantada no Brasil pelo Decreto 3.956/2001, define que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e de liberdades fundamentais que as demais pessoas, considera toda diferenciação ou exclusão que venha impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades, como uma discriminação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da EI diz que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (CARMO, p. 1, 2001).

Porém é notório que algumas instituições de ensino não estão ainda devidamente preparadas e organizadas para o recebimento desse público especial, compreendendo além da

estrutura arquitetônica da escola, a construção de rampas de acesso, colocação de pisos táteis, alargamento das portas, instalação de barras de metais, sinalizadores visuais e sonoros, entre outros.

Mesmo com tantas legislações em prol da Educação Inclusiva, ainda assim, nos deparamos com barreiras que permeiam a realidade das instituições escolares, que perpassam o pedagógico, mas que ainda necessitam de ações que ampliem os recursos à acessibilidade para que, de fato, o processo de escolarização dos alunos com deficiência possa se dar com mais equidade (SANTOS; SILVA; ALVES, 2023, p. 19).

Também é importante versar sobre a Lei nº 13.146, denominada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, criada no ano de 2015 tendo como embasamento a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em Nova York no ano de 2007. A Lei tem como objetivo promover a garantia dos direitos e liberdades fundamentais do indivíduo com deficiência (BRASIL, 2015),

De acordo com o artigo 2º do referido Estatuto a pessoa que tem deficiência é aquela que tem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, p. 1, 2015).

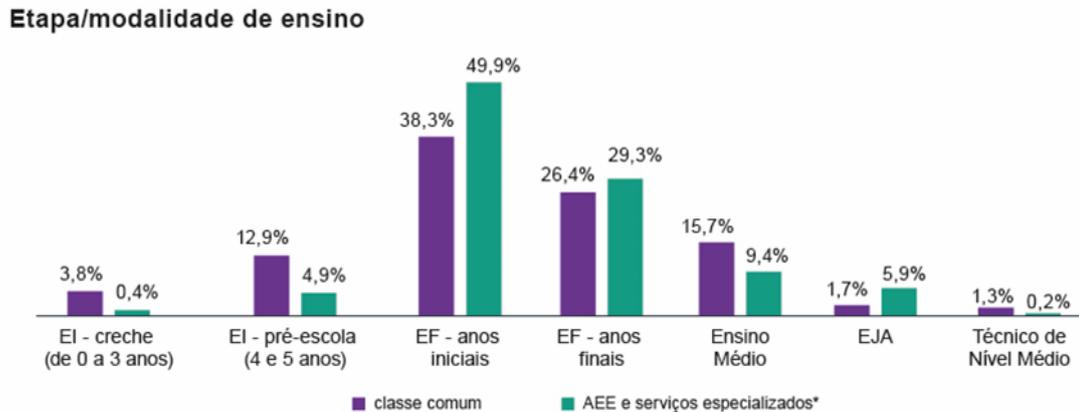
A Lei também estabelece o atendimento prioritário nos locais públicos, além do direito à saúde, educação e lazer. Importante destacar que as escolas também têm papel fundamental em desenvolver atividades voltadas ao lazer que promovam o bem-estar social, fornecendo condições adequadas para todos os alunos ali presentes; no caso dos alunos com deficiência é importante levar em consideração as especificidades de cada um, para que de fato ocorra a inclusão deles nas atividades.

Raposo e López (2002) em seu estudo demonstram que as principais barreiras encontradas por esses alunos, quando se fala em lazer, são as barreiras arquitetônicas e os preconceitos sociais, os quais também se encontram presentes nos ambientes escolares; porém alguns projetos vêm contribuindo para a modificação deste cenário, entre eles o Projeto Lazer, Inclusão e Acessibilidade (LIA), o qual se caracteriza como um movimento nacional de pessoas que buscam difundir a inclusão junto à diversão; entre as atividades desenvolvidas pelo projeto LIA se tem a busca pela inserção de brinquedos adaptados em parques públicos, para que os espaços como os parques também sejam espaços de inclusão.

Obstante da grande ampliação nas taxas de acesso, com tendência à universalização do ensino fundamental, se juntam outros desafios, como as condições de permanência dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação em classes comuns com a prática de metodologias participativas e democráticas na escola (Figura 2).

Figura 2- Tipos de classe de acordo com as modalidades de ensino no Brasil.



Fonte: Fundação Carlos Chagas (2020).

Nesse sentido, Solfa (2008, p. 36) ressalta que:

[...] embora tenha ocorrido um grande aumento nas taxas de acesso, com tendência à universalização do ensino fundamental, mesmo neste nível educacional, ainda se somam outros desafios, tais como as condições efetivas de permanência dos estudantes no sistema de ensino (evitando-se processos de evasão escolar), a qualidade da educação, a implementação de processos participativos e democráticos na escola, entre outras possibilidades.

As transformações da realidade educacional brasileira, na busca da qualidade do ensino, referem-se às condições de funcionamento das unidades de ensino, à formação inicial e continuada, bem como à valorização dos profissionais da educação, ao desenvolvimento de sistemas para melhor gerenciamento das políticas educacionais e à prática de metodologias adequadas na promoção do conhecimento (SANTOS; SILVA; ALVES, 2023).

Mantoan (2002) ressalta a necessidade de se assegurar, não apenas o acesso desse alunado no ensino comum, mas a permanência e o prosseguimento nos estudos, atentando-se a não retirar do Estado, por nenhum motivo, essa obrigação, exigindo e postulando o cumprimento das leis para atender as necessidades educacionais de todos.

Portanto, é preciso enfatizar que a Inclusão vai muito além da matriculados alunos com deficiência nas escolas, uma vez que a inclusão é um processo que envolve um conjunto de ações que devem garantir “o ingresso e a permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento” (GLAT; PLETSCH; FONTES, 2007, p. 344-345).

Também é importante versar sobre o uso das tecnologias junto à inclusão. A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas práticas inclusivas contribuem na construção do saber, aumenta a motivação dos alunos pelos estudos, promove suporte e orienta na investigação e resolução de problemas, oferecendo diferentes contextos de aprendizagem, permitindo maior interação entre professor e aluno, favorecendo a cooperação entre eles.

No processo inclusivo, as TICs oferecem informações de maneira rápida, potencializando o processo de comunicação, exercendo um grande papel no ensino e aprendizagem. É interessante considerar que a tecnologia não se limita a meios eletrônicos e sim a métodos utilizados para atividades, de modo que tanto aluno como professores passam a compartilhar conteúdos através dessa tecnologia, criando fóruns de discussões e espaços em sites para debater assuntos voltados para educação, o que constata o grande avanço e a importância que vêm causando as TICs na educação, tanto para aprender como para ensinar.

A aplicação de tecnologias de informação e comunicação estimula a pesquisa, em como novos suportes pedagógicos, atraentes e melhor adaptados às dificuldades das crianças, com novas formas de efetuar uma avaliação de competências, de trabalhar de maneira seletiva sobre os déficits de desempenho, de fornecer ajudas necessárias. (MIRANDA, 1999, p. 02)

Nesse contexto se destacam as tecnologias assistivas as quais atuam como instrumento junto à inclusão, proporcionam diversas possibilidades de mediação que envolvem as TICs, atuando na construção de sentidos e conhecimentos para as pessoas com deficiência. Este tipo de tecnologia é caracterizado pela utilização dos recursos tecnológicos de modo que estes promovam a independência e a autonomia, a qual no ambiente educacional vem se tornando uma ferramenta preponderante para a inclusão.

[...] as decisões sobre as Tecnologias Assistivas que serão utilizadas com os alunos têm que partir de um estudo pormenorizado e individual, com cada um. Deve começar com uma análise detalhada e escuta profunda de suas necessidades, para, a partir daí, ir optando pelos recursos que melhor respondam a essas necessidades (GALVÃO FILHO; DAMASCENO, 2006, p. 32).

A Tecnologia Assistiva é composta por recursos e serviços. No âmbito escolar, o recurso é o equipamento usado pelo estudante que possibilita que ele atinja uma ação. O serviço é o ato de avaliar, sugerir, treinar e acompanhar o recurso de Tecnologia Assistiva. Esse serviço pode ser proporcionado por múltiplos profissionais, uma vez que os serviços de Tecnologia Assistiva têm um cunho multidisciplinar. Educadores, Terapeutas ocupacionais, psicólogos,

fonoaudiólogos e fisioterapeutas poderão colaborar no trabalho de identificação do recurso de tecnologia assistiva mais recomendado.

A Tecnologia Assistiva tem sido muito importante para a prática de uma política de educação inclusiva que amenize os obstáculos arquitetônicos e de aprendizagem. Para que uma unidade escolar se torne inclusiva carece repensar seu projeto político-pedagógico, seus materiais didáticos e práticas metodológicas. O sucesso da aprendizagem e inclusão depende de docentes aperfeiçoados e de uma equipe gestora comprometida com a realidade escolar.

O serviço de Tecnologia Assistiva precisará ser apresentado nas salas de recursos designadas ao atendimento especializado, nas salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas (BRASIL, 2004).

Bersch (2006, p. 92) relata que “[...] a aplicação da Tecnologia Assistiva na educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno a ‘fazer’ tarefas pretendidas. Nela, encontramos meios de o aluno ‘ser’ e atuar de forma construtiva no seu processo de desenvolvimento”. Esta pode ser subdividida em categorias: adaptações físicas, as quais são aparelhos ou adaptações fixadas no corpo do aluno facilitando a interação do aluno com o computador; adaptações de hardware, componentes físicos do computador que são adaptados à realidade daquele aluno e os softwares especiais de acessibilidade, os quais são componentes lógicos voltados para a aplicação das tecnologias assistivas, ou seja, são os programas de computador utilizados para facilitar a interação entre o discente com deficiência e o computador.

Outro ponto que se destaca junto ao desenvolvimento da cultura inclusiva, faz-se alusão em especial ao preparo acadêmico dos docentes, que precisam manter-se devidamente capacitados, buscando constantemente o contato com novos conhecimentos: cursos de reciclagens, como é o caso dos cursos ou reuniões de Formação Continuada; adaptações curriculares, recorrendo a novas metodologias para atender de forma eficiente cada especificidade dos educandos;

Efetivação de uma gestão mais participativa, promoção de projetos que sirvam como ponte de integração entre todos os discentes da escola de forma que os especiais sintam-se efetivamente pertencentes ao ambiente educacional (FONTENELE *et al.*, 2023).

Porém esse processo não depende somente do professor, depende também do sistema educacional que deve dispor de recursos, métodos e técnicas que favoreçam atuação do professor em sala de aula com esses alunos, pois, assiste-se por vezes a um triste "jogo de empurra" de culpas, sem lucidez para se compreender o essencial: o aluno precisa desenvolver, adequadamente, as mesmas competências e capacidades dos seus colegas, potencialmente projetadas para aquele momento (MORAIS, 2023, p. 18).

A qualificação de professores perpassa não somente por uma mudança de metodologia de sala de aula, visto que o âmbito escolar é composto por muitos sujeitos que têm papéis que precisam de uma conscientização para que os desafios da inclusão sejam encarados com maior preparo e competência nas escolas. Alves (2009, p. 45-46), em sua narrativa, acredita que para uma efetiva educação inclusiva:

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro da sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.

Para Carmo (2001), dentre vários desafios há outro importante para a inclusão no ambiente escolar, que aborda sobre a progressiva formação profissional dos educadores, pois os mesmos em sua maioria não estão preparados para lidar de fato com novos casos de inclusão, na sala do ensino regular.

É necessário que os profissionais da Educação discutam com as plenárias legislativas os anseios locais de melhoria das condições de trabalho, da contratação de profissionais especializados na área da Educação, e que a comunidade escolar disponha de tempo para debater essas dinâmicas e as políticas públicas, sem aligeirar o cotidiano escolar e fortalecer as propostas pedagógicas. (CAMARGO; TADA, 2023, p. 1-16)

Para tanto, é imperioso que estes formadores, reconheçam o valor e a magnitude que apreendam o seu papel na vida dos educandos, para que se sintam mais determinados no cumprimento do trabalho que lhes competem enquanto educadores, uma vez que exercem uma profissão indispensável na sociedade.

Como componente humano indispensável em todas as instituições de ensino, o professor, deve estar preparado para o recebimento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Isso remete às práticas pedagógicas que devem ser utilizadas para que se consiga ao máximo o aproveitamento das potencialidades de cada aluno, independente das suas características e especificidades individuais.

Um núcleo familiar bem estruturado é uma forte influência no processo de aperfeiçoamento da criança seja na vida pessoal, profissional ou escolar. Na escola, a família é importante no processo de educação, sua presença ajuda a esclarecer, modificar e estudar, o processo de adaptação social e cultural.

É preciso que as famílias dos alunos com deficiências estejam presentes no desenvolvimento de estratégias que irão auxiliar no desenvolvimento do aluno, no entanto, é necessário também que essas famílias sejam assistidas e apoiadas para que possam aceitar e compreender melhor as necessidades e singularidades do filho. (SANTOS, SILVA, ALVES, 2023, p. 19).

Toda e qualquer unidade de ensino, deve conter sua própria identidade que se compreende em um conjunto de princípios, leis e normas que as orientem para o seu objetivo fundamental, iluminando assim, constantemente as ações e projetos pedagógicos ao longo da rotina escolar. O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve enxergar a escola como um todo avaliando sob sua perspectiva estratégica, e compreendendo todos os setores, tais como as dimensões: administrativa, diretiva, política, financeira, jurídica e outras.

Libâneo (2004) define o PPP como o documento que descreve e caracteriza objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a serem desenvolvidos na escola, pois expressa a cultura desta, imbuída de aspectos ideológicos, princípios morais, significações, questões reflexivas e tomadas de decisões das pessoas que participam da sua elaboração. Para tanto, é imprescindível que o projeto contemple ações e métodos adequados às necessidades e realidade de seu público-alvo.

Veiga (2002, p. 13) complementa, afirmando que

[...] todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (...). Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Pode-se tratar o PPP como sendo uma ferramenta de gestão que presta auxílio direto à escola, definindo suas prioridades em termos estratégicos e convertendo as prioridades como metas educacionais, decidindo assim o que fazer para alcançar tais metas, medindo se os resultados foram atingidos e mensurando sempre o seu desempenho.

Freitas (2004, p. 69) enfatiza que:

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para mandar para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referênciapara as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma, sob o olhar atento do poder público.

Para isso, é indispensável que na elaboração do PPP seja oportunizado a todos os membros da comunidade escolar, a exposição dos seus ideais, sugerindo ações e esboçando caminhos coerentes ao avanço do desempenho escolar. Não esquecendo que, faz-se indispensável ponderar questões práticas e as aspirações de todos os componentes, assim como as normativas legislatórias nacionais, demandas referentes ao currículo, conjunto de princípios, regulamentos e processos metodológicos do sistema de ensino no qual a instituição se insere.

A importância da relação entre a escola e a sociedade, torna-se imprescindível uma vez que educação diz respeito à existência humana ao longo de toda trajetória do indivíduo e da sociedade, nas diferentes culturas. Relaciona-se com a formação da humanidade do ser, prática social induzida pela sociedade, visando à construção do cidadão.

A socialização em sala de aula é um aspecto que deve fazer parte do processo avaliativo do aluno, assim como, por meio dessa ferramenta, deter conhecimentos e habilidades que estejam de acordo com a faixa etária de ensino, procurando se desenvolver com o mediador, que é o professor, os conhecimentos e competências que lhe é destinado, tais como: ler, escrever, interpretar e demais.

O princípio de inclusão se fundamenta na perspectiva de reconhecer e aceitar a diversidade da vida em sociedade, ou seja, promover e garantir o acesso de todos, a todas as oportunidades, independente das individualidades de cada pessoa ou grupo social (ARANHA, 2001).

Considerando os dilemas deste tema que ainda estão presentes nos estudos da literatura, esta pesquisa pretendeu contribuir para uma situação específica no processo de inclusão na modalidade do Ensino Fundamental II (EF) de uma escola pública no sul da Bahia, com a finalidade de investigar os desafios para lidar com o processo de inclusão, enfrentados pela comunidade escolar, propondo medidas e alternativas para diminuir preconceitos e evasão escolar.

Nesta perspectiva, este estudo se motiva na efetivação de uma análise de como estão sendo realizadas as Práticas Pedagógicas na instituição, consolidando um levantamento de dados secundários quanto ao progresso das legislações pertinentes, dados da Instituição em estudo, tendo como finalidade investigar os desafios para lidar com o processo de inclusão, enfrentados pelos professores, monitores e funcionários do EF em um espaço escolar público municipal. Posteriormente, foram realizadas rodas de conversa e aplicação de questionário semiestruturado com o corpo docente, monitores, representantes de funcionários e

representantes pais de alunos que apresentaram laudo na Instituição de Ensino, propondo medidas e alternativas de práticas e ações pedagógicas de uma efetiva educação inclusiva.

O trabalho salientou o que são considerados alunos com deficiências, transtornos, altas habilidades e quais as especificidades de alunos que estudam nessa Unidade Escolar, abordando a relevância de práticas pedagógicas apropriadas para concretizar uma real inclusão. Almejou-se com o estudo fomentar reflexões e desenvolver avanços nas ações educativas inclusivas, frente aos desafios encontrados na referida Instituição de Ensino no processo de inclusão.

2. OBJETIVOS

A apresentação a seguir delineará os objetivos dessa pesquisa, trazendo como relevância os desafios encontrados por toda a equipe escolar no processo de inclusão escolar.

2.1 Geral

O objetivo principal da pesquisa é investigar os desafios para lidar com o processo de inclusão, enfrentados pelos professores, monitores e funcionários do EF em um espaço escolar público municipal, propondo medidas e alternativas de práticas e ações pedagógicas de uma efetiva educação inclusiva.

2.2 Específicos

- Avaliar as principais dificuldades e os dilemas encontrados na prática inclusiva (uso adequado da sala de recursos multifuncionais; adaptação curricular; espaço físico adaptado; metas inclusivas contempladas no Projeto Política Pedagógica; etc.) em uma Unidade Escolar no extremo Sul da Bahia;
- Identificar a percepção dos docentes sobre as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem com alunos com necessidades educacionais especiais;
- Distinguir as dificuldades encontradas pelos educadores, monitores e funcionários do EF em um espaço escolar público municipal nas práticas pedagógicas com alunos com deficiência distinta;

3. ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A garantia pela educação especial no Brasil foi a representação de muitas lutas e ganhou força a partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, da Declaração de Salamanca de 1994 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

A educação inclusiva norteada pelo direito universal à educação abrange todas as pessoas, independente de suas peculiaridades. A legislação determina que o público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva corresponde aos alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, apresentando como foco que Pessoas com Deficiência são aquelas que têm empecilhos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diferentes barreiras, podem interromper sua participação plena na sociedade em igualdades de condições com os demais cidadãos.

A educação inclusiva, segundo deliberado pela Lei Brasileira de Inclusão tem em vista garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade no sistema regular de ensino (BRASIL, 2015b).

Este padrão de educação defende a equidade como base, de maneira a proporcionar elementos fundamentais para que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, atendendo suas especificidades e reforça a necessidade de que o sistema educacional esteja preparado para oferecer recursos pedagógicos adequados, de forma a garantir que todos os estudantes possam desenvolver seu potencial, sem que suas condições particulares sejam um obstáculo ao aprendizado. O uso de metodologias diferenciadas, o suporte especializado e a adaptação do currículo são exemplos desses ajustamentos necessários, conforme preconiza a LDB e a Lei de Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Nesta mesma direção, a Política Nacional da Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) certifica a participação e a aprendizagem aos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação nas instituições de ensino de ensino regular e solidifica valores sociais, delimitando com lucidez a valorização das diferenças no âmbito escolar, de modo a atender todos os alunos, indistintamente.

No ano 2023, ao ser sancionado o Decreto nº 11.370/2023, houve uma retomada da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que reafirmou o

compromisso da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de que a educação escolar se perpetra no convívio entre todos os estudantes, em salas de aula do ensino regular.

Esse público possui necessidades educacionais que podem ser decorrentes de várias condições, como deficiências físicas, auditivas, visuais, intelectuais e múltiplas (associação de duas ou mais deficiências), transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação, entre outras, cada uma com suas características e demandas específicas. Alguns exemplos comuns, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias das Deficiências.

DEFICIÊNCIA FÍSICA	A deficiência física trata-se a uma limitação na mobilidade ou no funcionamento físico de uma pessoa, que pode compreender condições como paralisia cerebral, distrofia muscular, amputações ou lesões na medula espinhal. Educandos com deficiência física carecem de adequações no ambiente físico da escola, como mobiliários apropriados, banheiros e salas adaptadas e rampas de acesso.
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	É assinalada por limitações significativas no desempenho intelectual e podem interferir na capacidade de aprendizado, na comunicação e na independência do aluno, que podem necessitar de metodologias de ensino adaptadas, apoio individualizado e métodos de avaliação diferenciados.
TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	Referem-se a condições neurológicas que comprometem o desenvolvimento social, comunicativo e comportamental do ser humano, que podem ter problemas na interação social, na comunicação e na flexibilidade de pensamento. Os estudantes com TEA precisam de estratégias de ensino estruturadas, uma rotina pré-estabelecida, comunicação visual e ajuda para o desenvolvimento de desenvolturas sociais.
DEFICIÊNCIA SENSORIAL	A deficiência sensorial trata-se a uma restrição na capacidade de um dos sentidos, como a visão ou a audição. Educandos com deficiência sensorial podem carecer de adequações no âmbito escolar, como materiais em braille, tecnologias assistivas, bem como intérpretes de língua de sinais.
TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM	Os transtornos de aprendizagem são condições que comprometem a forma como a pessoa entende ou expressa informações. Sendo exemplos comuns a dislexia, a discalculia e a disgrafia. Estudantes que possuem transtornos de aprendizagem podem necessitar de táticas de ensino distintas, acompanhamento individual e avaliações adaptadas.
TRANSTORNOS DE SAÚDE MENTAL	Ansiedade, depressão, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e transtorno bipolar são considerados transtornos de saúde mental e podem afetar o bem-estar emocional e o desempenho estudantil, que precisam de apoio emocional, estratégias de organização de tempo na execução de tarefas, e uma atmosfera de aprendizagem acolhedora.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram um potencial excepcional em áreas como intelecto, criatividade, liderança ou artes. Geralmente, podem necessitar de evolução curricular, desafios acadêmicos ampliados e chances de desenvolvimento de habilidades.
SÍNDROME DE DOWN	A síndrome de down não é considerada uma doença, mas sim uma desordem genética que advém quando uma pessoa nasce com uma duplicação do cromossomo 21 em seu DNA. É o distúrbio genético cromossômico mais comum e a causa de distúrbios de aprendizagem em alunos.
TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)	Trata-se de uma condição que interfere no comportamento de uma pessoa, tornando-a hiperativa ou impulsiva, ou ocasionando dificuldade de se concentrar. Constituinte um transtorno neurobiológico assinalado pela junção de sintomas de desatenção, hiperatividade (inquietação motora) e impulsividade. Surge na infância e, na maioria dos casos, acompanha a pessoa por toda a vida. O tratamento precoce é muito importante para que o aluno consiga ter uma vida saudável e bem-sucedida.
TRANSTORNO Opositor Desafiador (TOD)	É um distúrbio psiquiátrico que afeta crianças e adolescentes. Sendo qualificado por um padrão constante de comportamento desafiador, hostil, desobediente e irritável referente as figuras de autoridade como pais e professores.
ESQUIZOFRENIA	Refere-se a uma condição caracterizada por distorções fundamentais e características do pensamento e da percepção, e por apegos inapropriados ou confusos.
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	Tratam-se de pessoas que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, entre outros.

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Tunes, (2002).

Compreender os distintos tipos de deficiências e as estratégias de suporte apropriadas é a base para se promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. Ao reconhecer e atender às necessidades individuais de cada um, podemos construir um ambiente educacional mais igualitário e enriquecedor.

O processo de inclusão escolar pode demandar adaptações e apoios característicos para garantir que os educandos tenham acesso a oportunidades justas de aprendizado. A inclusão e o suporte certo à esses alunos são essenciais para promover a equidade no âmbito educacional para todos os alunos. Ao apresentar suportes específicos, as redes de ensino podem auxiliar os estudantes com deficiência, a obterem seu pleno potencial acadêmico e social.

Ao mesmo tempo, a inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares, promove a diversidade, a empatia e a compreensão entre os alunos. Esses alunos podem precisar de adaptações ou modificações no currículo escolar, métodos de ensino, recursos didáticos ou disposições de sala de aula para ajudá-los a atingir seu potencial acadêmico.

Um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado (BORGES, 2005, p. 03).

É importante ressaltar que cada aluno com deficiência tem necessidades únicas e individuais, e o que funciona para um pode não funcionar para outro; deve ser salientado também que nas unidades escolares são matriculados alunos com deficiências distintas, o que difere a realidade cotidiana de uma escola para outra.

O artigo 59 da LDB trata da garantia de acesso e permanência de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema educacional. Ele estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar uma série de direitos e condições que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos. Em termos gerais, o artigo reforça o compromisso de que o ensino seja adequado às necessidades desses estudantes, considerando suas especificidades e características (BRASIL, 1996).

A menção a "deficiência" engloba uma ampla gama de condições que podem afetar a mobilidade, a cognição, a visão, a audição, entre outras áreas, exigindo do sistema educacional adaptações e recursos que viabilizem o aprendizado desses alunos. Já os "transtornos globais do desenvolvimento" se referem a condições como o autismo, que afetam o desenvolvimento cognitivo e social de maneira ampla e necessitam de abordagens pedagógicas diferenciadas. As "altas habilidades ou superdotação" também são reconhecidas nesse artigo, indicando que o sistema de ensino deve oferecer desafios adequados para o desenvolvimento das habilidades excepcionais desses alunos, garantindo que seu potencial seja explorado e estimulado de forma eficaz.

O artigo 59 reflete o princípio da educação inclusiva, que defende a ideia de que todos os alunos, independentemente das suas condições ou características, devem ter acesso a uma educação de qualidade, em igualdade de condições com os demais. Isso implica que as escolas devem oferecer condições adequadas para o atendimento desses alunos, com adaptações curriculares, metodológicas e de acessibilidade, além de recursos pedagógicos especializados (BRASIL, 1996). Ou seja, o sistema educacional deve estar preparado para proporcionar uma

educação que atenda a diversidade de seus alunos, seja garantindo o acesso ao conteúdo por meio de tecnologias assistivas ou estratégias pedagógicas diversificadas.

Esse compromisso com a inclusão reflete a ideia de que a educação deve ser um direito universal, capaz de atender às necessidades de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e oferecendo as condições necessárias para seu desenvolvimento integral. O artigo 59 é, portanto, um marco importante na promoção da equidade na educação, assegurando que as condições de aprendizagem sejam ajustadas para que os alunos com deficiências possam ter as mesmas oportunidades de aprendizado que os demais.

3.1 Práticas pedagógicas: heterogeneidade no processo de ensino-aprendizagem

Na contemporaneidade, os professores têm sido provocados a incorporarem metodologias pedagógicas que acolham discentes com ou sem deficiência, em consideração ao princípio do respeito e acolhimento a heterogeneidade. Preocupar-se com a equidade no ambiente escolar, requer ações pedagógicas inclusivas que consistem em refletir e encontrar meios para efetiva aprendizagem de todos os sujeitos.

Nesta perspectiva, as práticas pedagógicas inclusivas problematizam as compreensões difundidas na sociedade sobre os estigmas lançados sobre os estudantes que aprendem em tempo e ritmo individualizados, reforçando o conceito de que as diferenças fazem parte da humanidade. A promoção de tais práticas demanda que o educador centralize seu olhar nas capacidades de cada estudante, propondo metodologias, recursos, estratégias que provoquem os alunos e possibilitem a aprendizagem.

O essencial se encontra em um novo estilo de pedagogia, que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede. Nesse contexto, o professor é incentivado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimentos (LÉVY, 1999, p. 158).

É significativo retomar a perspectiva trazida pela Declaração de Salamanca de que o “[...] princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (UNESCO, 1994, p. 5).

Desse modo, concebe-se a compreensão de prática pedagógica como a mediação docente que aprimora a aprendizagem de todos, levando em consideração as especificidades individuais dos estudantes. Segundo Pimentel (2018, p. 67) “Isso não quer dizer aulas

individualizadas para cada aluno, mas a consciência de que as formas de ensinar precisam estar intrinsecamente relacionadas aos modos de aprender”.

Ao debater práticas pedagógicas na visão inclusiva, as produções encontradas acabam limitadas a ações voltadas aos estudantes com deficiência. Isso pode ser entendido como uma visão reducionista da inclusão, visando que a Declaração de Salamanca cita uma abordagem muito mais ampla de que as,

Escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994, p. 3).

Essa concepção inclusiva mais abrangente precisa provocar a escola a transformar suas práticas de maneira a envolver a todos os alunos nela incluídos, pois todos, em algum momento, carecerão mais ou menos de mediação que fomenta o seu processo de ensino-aprendizagem.

As numerosas experiências com a proposta inclusiva trazem um novo significado ao ambiente escolar, especialmente as práticas pedagógicas que se empregam de metodologias adequadas às peculiaridades dos estudantes, propiciando o acesso ao currículo. Nessa dialética, Dias (2019), apresentou no seu estudo que as práticas pedagógicas “[...] se tornaram mais efetivas a partir do momento em que as crianças com deficiência começaram a ter sentimento de pertencimento em relação ao ambiente escolar” (DIAS, 2019, p.122). Assim, pode-se reafirmar que a expectativa inclusiva desloca os educandos do espaço de estranheza para o lugar de pertença.

Para poder responder a esses desafios, a escola necessita transformar práticas engessadas, inserir-se no movimento constante e complexo da contemporaneidade, aprendendo no movimento, necessita tornar-se uma *escola aprendente* (BONILLA, 2005, p. 91).

O desconhecimento das ações específicas de aprendizagem, estabelecidas para esses alunos, em relação às maneiras tradicionais de ensino, consumava que as atividades fossem repetitivas, na esperança de que as diferenças entre os educandos fossem demandar apenas de ritmo e de tempo. Compreendemos que, apesar de ser importante, distinguir as especificidades não era o suficiente, sendo necessário o conhecimento das particularidades, para a elevação da aprendizagem. Distinguir a especificidade não se explica em avaliar como aprende um cego, um surdo, por exemplo, mas como, empregando determinados recursos pedagógicos, pondo em

ação determinados potenciais e na interação com determinado grupo, uma pessoa aprende. Isso implica superar a individualização e a padronização da formação, as quais limitam a experimentação e impedem a valorização de experiências locais, singulares, diversas.

De acordo com Levy e Facion (2009, p. 147):

Para que verdadeiramente se estabeleça uma educação de qualidade para todos, é fundamental a participação do professor. O êxito de sua atividade é determinante pelas suas condições de trabalho, formação, competência pedagógica, habilidades e avaliações periódicas das estratégias metodológicas utilizadas. Todos esses elementos devem ser levados em consideração para o sucesso da inclusão.

Os achados peculiares sobre a abordagem da prática inclusiva assinalavam para uma supervalorização da adaptação metodológica e de material, mas sem questionar o currículo, e ele prosseguia constituindo o mesmo, uniforme, a despeito da diversificação de atividades. Advertindo, Garcia (2010, p. 17) afirma que essa supervalorização se vincula ao modelo médico-psicológico, o qual,

[...] contribuiu para que a tarefa da educação especial estivesse a serviço de um sistema educacional de organização seriada, elitista e classificatória, produtor de exclusão da escola de ensino fundamental e estruturado historicamente por meio de uma organização racional do trabalho pedagógico com base na homogeneidade.

Abranger no currículo escolar atividades atraentes que podem ser desenvolvidas pelo educador, em sala de aula, é importante para estimular não apenas a criatividade do aluno e o processo de inclusão, mas também para promover o pensamento crítico, começando a pensar em ações de inclusão que extrapolam o ambiente escolar. Sozo, Hass e Rodrigues (2019) explicam que,

Por acessibilidade curricular compreende-se o trabalho pedagógico que envolve estratégias pedagógicas individualizadas ou adequações razoáveis baseadas no plano de ensino comum da turma e na garantia de que todos os discentes participem do projeto educativo, a partir de suas potencialidades e singularidades.

A sala de aula exige que as estratégias metodológicas sejam diversificadas, para que as ações sejam eficazes no desenvolvimento do aluno que apresenta dificuldade em manter a concentração na aula. Segundo Sanches (2008) existem maneiras para adaptar o currículo, criando estratégias como rotinas, estabelecendo regras expostas na parede, as quais conduzem o professor a desenvolver uma prática no cotidiano escolar.

Proporcionar trabalhos envolvendo toda turma ou em grupos pequenos favorecem as oportunidades sociais do aluno; nessa troca de experiências as crianças interagem e estimulam a participação no processo de aprendizagem.

Nesse sentido a aprendizagem e o desenvolvimento dependem de ações intencionais, em que o professor terá papel importante de mediar o conhecimento. Vygotsky aponta como a colaboração do outro é importante na aprendizagem, é na mediação que se estabelece o processo de internalização e formação.

A interação escolar contribui para o respeito, a empatia e a significação de conhecimento de forma mais independente. O ritmo de aprendizado é respeitado e o foco não são os conteúdos programáticos. O educador atua como mediador, buscando sempre metodologias que agreguem valores junto à turma.

Identificar diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, alunos de menor rendimento etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência (BRASIL, 2020, p. 12).

A adequação do material didático é um bom exemplo de prática inclusiva no âmbito escolar. O material pedagógico variado auxilia na interação dos estudantes nas aulas, propiciando a execução de atividades adaptadas. Sugerir atividades interdisciplinares e incentivar a participação dos discentes nas aulas são ações que partem de um bom planejamento, que alinha o corpo docente às expectativas dos alunos e famílias. No momento de planejar, todos os detalhes devem ser pensados, inclusive aqueles que envolvem espaços físicos. Dessa forma, pensar nas etapas da aula tendo como objetivo a participação de todos é um bom exemplo de práticas inclusivas.

Professores atualizados e em formação continuada dão exemplos de práticas inclusivas nas escolas. Profissionais inclusivos precisam investir em formação continuada. Assim, o professor desenvolve a habilidade de integrar os alunos e valoriza os potenciais de cada estudante em particular. Habilidade, conhecimento e competência são características que agregam muitos nos exemplos de práticas pedagógicas. Certamente, esses professores também carregam consigo valores como a empatia, disposição para aprender sempre, amor pela profissão e dedicação constante.

A elaboração de uma rotina a ser desenvolvida na sala de aula, ao mesmo tempo em que contribui para a organização da sala em geral, também ajuda no fortalecimento das funções executivas. Desse modo, todos os alunos conseguem ir aos poucos aumentando seu senso de autonomia e organização.

Assim, é necessário que a prática pedagógica adote a perspectiva heterogênea, multicultural e inclusiva, fugindo de preceitos padronizados de ritmos de aprendizagem.

Ampliando o conceito da educação inclusiva, visto que todos os estudantes carecem ser acolhidos nas suas necessidades e especificidades com práticas pedagógicas que promovam o direito de aprender.

3.2 Sala de recursos multifuncionais

Ao pensarmos em diversidade na educação, pensamos logo em um ambiente destinado à participação de todos os estudantes, em que a principal finalidade é fazer a inclusão de todos, em uma conjuntura com a unidade escolar demarcada pelas diferenças. Como forma de legitimar seus direitos, a procura pela equidade das minorias no meio educacional, ainda é uma ação lenta que aos poucos se baseiam em concepções de transformações educacionais.

O educando, na vida escolar, necessita ter a oportunidade de estar em uma atmosfera em que possa se desenvolver, interagir com outros alunos, com atendimento pedagógico adequado, atendendo as suas necessidades no processo de ensino-aprendizagem. Atender a todas as especificidades de cada aluno requer muito trabalho, além de mudanças de concepções que estão arraigadas através de preconceitos. Para que aconteça essa modificação é importante que os educadores tenham acesso à formação continuada, priorizando novas práticas que beneficiem a inclusão.

Segundo Beyer (2010, p. 62):

Não há como considerar que uma criança com deficiência mental, com autismo, com paralisia cerebral ou com uma deficiência sensorial (visual ou auditiva) possa ter o devido atendimento pedagógico sem uma suficiente distinção de suas características cognitivas e de aprendizagem.

Não tem como esperar que atividades pedagógicas ou atendimento aos alunos com alguma deficiência, seja do mesmo modo quanto ao aluno sem nenhum tipo de deficiência.

Para trabalhar de uma forma equitativa é indispensável ações pedagógicas que alcancem melhor a necessidade de cada educando, de maneira que a escola precisa aprimorar a metodologia das aulas para que apresente a construção do conhecimento do melhor modo e, para que isso aconteça é apropriado a construção de um Plano Educacional Individualizado (PEI), de modo a beneficiar o aprendizado de cada estudante.

Segundo a Instrução normativa PRE/IFSP nº 001, de 20 de março de 2017, o PEI é composto de dados gerais sobre o educando, de propostas de encaminhamentos e de um programa pedagógico.

Cada aluno é único e aprende, portanto, de modo diferente, e o PEI tem em vista armazenar esse caráter particular de cada estudante para que, empregando táticas apropriadas, ele possa aprender, de tal modo como os demais alunos, no ensino regular.

Assim sendo, a sua preparação deve incidir mediante uma ação colaborativa entre equipe gestora, pedagógica, professores e familiares, com a finalidade de acumular o máximo possível de elementos sobre as necessidades do aluno para em seguida esboçar metas particulares de ensino. Conforme pontuam Siqueira *et al.* (2012, p. 06), a elaboração do PEI sobrevém por meio de quatro metas:

A primeira meta consiste em avaliar e conhecer o aluno, ou seja, ter clareza das reais necessidades desse discente, conhecendo sua história, seus interesses, conhecimento adquirido e suas necessidades. A segunda baseia-se em estabelecer metas para aquele sujeito, sendo elas de curto, médio e longo prazo. Terceira tem como fundamento a elaboração de um cronograma com data de início e término do Plano e a quarta e última é organizar os procedimentos para a avaliação [...], podendo ser através de observação do professor e da família, registros etc.

A partir dessas concepções o instrumento de planejamento PEI tem com intenção a avaliação e a promoção da aprendizagem para o educando da Educação Especial. O conceito do PEI é bem amplo e abrange vários entendimentos particulares que se nivelam entre si, pois o fio condutor das opiniões se refere ao PEI como recurso que possibilita a elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas que proporcionam ao estudante a participação ativa, juntamente com os demais educandos na sala de aula comum.

Para romper os protótipos no meio educacional, com o ponto de vista de uma educação voltada para todos os sujeitos, onde os alunos têm a possibilidade de crescimento individual no convívio com as diferenças e garantir a inclusão na escola pública, foi criado no ano de 2003 pelo MEC o programa “Salas de Recursos Multifuncionais” (SRM), que de modo gradativo, está sendo implementado nas escolas das redes estaduais e municipais de educação.

O programa foi instituído com o propósito de organizar o atendimento especializado aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular que tem como finalidade promover o acesso e a aprendizagem dos alunos da Educação Especial, vindo a consolidar um processo inclusivo nas escolas.

Esse programa é desenvolvido em formato complementar à escolarização, sendo ofertado no turno oposto em que o aluno frequenta na escola regular em que se encontra matriculado. A intenção é garantir condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino

comum, permitindo o emprego do atendimento educacional especializado, de formação substitutiva à escolarização (BRASIL, 2007).

Há diversos benefícios que podem ser desenvolvidos na SRM de forma paralela e que auxilia o desenvolvimento do ensino na sala de aula comum, como relata Baptista (2011, p.70):

Algumas das vantagens que eram associadas à classe especial podem ser potencializadas na sala de recursos, pois o trabalho com pequenos grupos é estimulado, permitindo melhor acompanhamento do aluno, favorecendo trajetórias de aprendizagem mais individualizadas sob a supervisão de um docente com formação específica. No caso da sala de recursos, a grande vantagem é que esse processo tem condições de alternância contínua com aquele desenvolvido na sala de aula comum.

A SRM é uma nova realidade, apresentada em todo território nacional, para o atendimento aos estudantes do público-alvo da educação especial e tem ganhado estímulos materiais e investido na formação profissional, para o docente de educação especial para trabalhar nessas salas, como também observado por Oliveira e Leite (2011, p. 198) sobre a importância dessa implantação:

No contexto de inclusão educacional, a sala de recursos ganha papel fundamental na viabilização do acesso da parcela de alunos com NEEs ao currículo comum. De acordo com as recomendações legais, no caso, as Resoluções SENo. 8 (2006) e SE No. 11 (2008), a sala de recursos compõe um dos suportes existentes na Educação Especial e oferece serviço de natureza pedagógica, a fim de complementar ou suplementar o atendimento educacional fornecido na sala comum.

Além de proporcionar uma melhor concepção aos professores, no desenvolvimento de uma prática direcionada à inclusão, demandando um trabalho conjunto entre o profissional da sala de recurso e o da sala regular. De modo que incida uma atuação integrada entre ambos, para compartilhar experiências e estabelecer metodologias pedagógicas que ajudarão o estudante no processo de ensino-aprendizagem. O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece metas para uma educação com qualidade, garantindo a promoção e a universalização.

Entre suas metas está a de número 4, discorrida para a Educação Especial, na perspectiva inclusiva no ensino regular, associando a oferta do serviço de atendimento especializado, por meio da sala de recurso multifuncional. Esse documento pretende garantir os direitos daqueles que estavam marginalizados na sociedade, fazendo a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No ano de 2003, o Ministério da Educação (MEC) implementou uma Política de Educação Inclusiva: direito a diversidade, por meio de diversos programas e ações. Na

educação Especial, o programa Sala de Recurso Multifuncional, tinha por objetivo a construção de um sistema educacional com foco na inclusão de todos ao ensino escolar. Além do programa da sala de recurso, instituiu-se o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED), instituído pela Lei n. 10.845 de 05 de março de 2004 que tem a finalidade de em atender os alunos do ensino regular integrado a sala de recurso.

Com a perspectiva de uma educação inclusiva, é imprescindível que a instituição de ensino passe por transformações, garantindo a acessibilidade na estrutura física e no direito ao atendimento especializado. Além disso, estimular o desenvolvimento dos alunos que frequentam a sala de recurso, baseado na linguagem, cognição, afetividade e coordenação motora, de maneira que as atividades desenvolvidas na sala de recurso possibilitem um melhor desempenho do aluno, nas atividades do ensino regular.

Segundo Cardoso (2009) o professor precisa rever a prática pedagógica desenvolvida, com a qual pode influenciar ao desenvolvimento de alguns tipos de comportamentos, observando uma postura crítica e reflexiva, registrando o comportamento do aluno.

É indispensável que o educador organize seu registro, a partir das intervenções realizadas, pois as informações obtidas pelo professor serão fundamentais, uma vez que é na sala de aula que surgirão as primeiras dificuldades; assim perceber como a criança interage com as outras crianças, contribuirá satisfatoriamente para uma avaliação precisa. Neste contexto é notável como o papel do professor é imprescindível, pois conhecendo a realidade do estudante e no qual contexto está inserido, poderá efetivar uma prática pedagógica adequada.

Nesse ponto de vista, as práticas pedagógicas podem incentivar possibilidades para o docente idealizar estratégias de ser e estar dentro da sala de aula, pois ser professor:

Não é um dom, mas resultados de capacidades que se desenvolvem; não é missão, mas trabalho, profissão; não é um projeto individual, mas coletivo; não requer apenas o domínio de técnicas e conteúdo, mas envolve afetividade, valores, consciência política, visão de mundo; não é uma identidade fixa, imutável, estável, mas mutável, provisória, múltipla (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2008, p.24).

Cabe aos cursos de formação de educadores suscitar discussões sobre homens, mulheres, infância, pedagogias para que, cada vez mais, tenha engajamento coletivo repleto de possibilidades, em que a correlação de experiências seja compartilhada enriquecendo a equipe e de tal modo caracterizar seus limites e potenciais.

É preciso não nomear o aluno como indisciplinado ou que possua falta de limite. Faz-se necessário diferenciar quando o caso é de indisciplina e quando se trata de um comportamento

relacionado ao TDAH. Para isso, o professor realiza apenas sondagens, de modo a levantar hipóteses sobre aluno e interferir de modo significativo, uma vez que na sua função está apenas incluída o componente pedagógico e não o diagnóstico. Vale enfatizar, que o trabalho docente precisa estar articulado com o da sala de recursos multifuncionais, para que juntos possam desenvolver estratégias que auxiliaram o aluno nas atividades.

No atendimento especializado o educador deve analisar distintas áreas do conhecimento, o nível de desenvolvimento mental, a escolaridade em que se encontra, quais recursos precisarão ser empregados e quais as atividades devem ser apresentadas. As atividades mais comuns na sala de recurso é a utilização de jogos pedagógicos que trabalham o desenvolvimento que envolvem a criatividade, a ludicidade sem forçar a aprendizagem, de jeito que leve o aluno a refletir.

Montessori (1939), em seu método, tem como foco o interesse da criança, exigindo adaptação e condições para que o aluno possa manusear e tocar no que deseja. A concepção de Montessori consiste em permitir ao discente experimentar, errar, ser livre e contar com um mediador responsável por conduzir suas descobertas. O método é sugerido com base na individualidade, em que cada aluno apresenta seu próprio tempo e suas necessidades específicas.

A Sala de Recursos Multifuncionais por ser destinado um espaço onde há materiais didáticos e pedagógicos adaptados, as atividades desenvolvidas apresentam um caráter mais lúdico, voltado para os jogos, o que promove a compreensão dos conteúdos, vistos em sala de aula. Para Piaget (1998) o lúdico age nas atividades intelectuais da criança, o que se torna indispensável para a prática de um contexto educativo.

As atividades lúdicas, além de facilitarem a aprendizagem, favorecem a socialização e a cooperação entre os alunos. A escola deve promover as atividades lúdicas para fomentar a aprendizagem, propondo atividades desafiadoras que possibilitem a construção de conhecimentos, dando oportunidades ao aluno com TDAH de ser mais criativo, participativo e ativo, levando-o a adquirir atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade (CUNHA, 2012, p.57).

Existem múltiplos jogos que envolvem a concentração dos educandos, estimulando o raciocínio e a fragmentação das partes que fazem com que o aluno tenha atenção na atividade. O jogo exhibe diversos níveis de dificuldade: se for muito fácil, não desafiará o aluno, mas se for difícil, conseqüentemente, ele desistirá; o jogo pode ser utilizado como estratégias de ensino dos professores, já que o estudante passa vivenciar, por meio dos jogos, situações reais que

ajudará resolver situações de conflitos. O uso de jogos digitais também facilita e enriquece o processo de aprendizagem, estimulando o raciocínio, a criatividade.

Em uma escola inclusiva os alunos têm a possibilidade de crescimento pessoal no convívio com as diferenças, na construção do respeito, além de garantir a inclusão na escola pública.

É evidente que as contribuições apresentadas por práticas inclusivas no âmbito escolar fortalecem as bases da educação especial. Assim sendo, a SRM abrangida como um ambiente apropriado de integrar, socializar e incluir o discente com deficiência surge no contexto escolar como um meio de minimizar as barreiras de acessibilidade, pedagógicas e atitudinais, fixadas no processo inclusivo.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL E A RELAÇÃO: ESCOLA E FAMÍLIA

A Educação Especial desempenha um papel fundamental no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência. Ela visa garantir que esses estudantes, independentemente de suas limitações, possam ter acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades individuais. Nesse contexto, a relação entre a escola e a família é essencial para o sucesso dessa inclusão. A parceria entre essas duas esferas cria um ambiente de apoio contínuo, onde os educadores, em colaboração com os pais, podem identificar as necessidades específicas de cada aluno e proporcionar os recursos e ajustes necessários para o seu desenvolvimento.

A comunicação eficaz entre a escola e a família é um dos pilares dessa relação, pois permite que ambos os lados compreendam as dificuldades e progressos do aluno. A escola, ao fornecer um ambiente estruturado e adaptado, deve também manter os pais informados sobre as estratégias pedagógicas utilizadas e as avaliações do progresso do aluno. Por outro lado, os pais, que têm uma compreensão mais profunda das necessidades de seu filho, podem colaborar com a escola oferecendo informações valiosas sobre o comportamento e as dificuldades que o aluno enfrenta em casa. Essa troca de informações facilita a criação de um plano educacional mais eficaz e personalizado.

Além disso, a participação ativa da família nas atividades escolares e no acompanhamento do desempenho do aluno fortalece o vínculo entre as partes, promovendo um ambiente mais acolhedor e positivo para o estudante. Quando a escola e a família trabalham juntas, criando estratégias conjuntas e compartilhando responsabilidades, a educação se torna mais inclusiva e eficaz. Em muitos casos, esse esforço conjunto também ajuda a combater preconceitos e estigmas, criando uma comunidade escolar mais receptiva e aberta à diversidade. A relação escola/família, portanto, é fundamental para o sucesso da Educação Especial, pois contribui para a construção de uma abordagem educacional que respeita as individualidades dos alunos e promove sua inclusão plena no ambiente escolar.

A descoberta na gravidez de um filho/a com alguma deficiência pode trazer efeitos principalmente sobre os sentimentos das mães, levando em conta que é sobre a figura da mulher que acarreta maiores cobranças na relação familiar do cuidado com os/as filhos/as (BRUNHARA; PETEAN, 1999, p. 38).

No geral, muitas expectativas ocorrem com a vinda de um filho, idealiza-se seu futuro desde o período da concepção e assimilar que se tem um filho com deficiência é um ato que vai além da simples notícia. A apropriação dessa condição leva um tempo e, em

determinados episódios, nunca chega a ser completa. O nascimento de um filho com uma deficiência origina impactos sobre a estrutura familiar, que nem sempre está preparada para viver tal circunstância, além do preconceito social que as famílias enfrentam.

Segundo Silva e Dessen (2001), a família passa por um processo de superação até que aceite a criança com deficiência e institua um ambiente familiar propício para a inclusão dessa criança.

Mesmo depois do impacto inicial, a presença de uma criança deficiente exige que o sistema se organize para atender as necessidades excepcionais. Esse processo pode durar dias, meses ou anos e mudar o estilo de vida da família, seus valores e papéis (BUSCAGLIA, 1997, p.38).

Paniagua (2004) afirma que desde o momento da notícia de que o filho terá alguma especialidade, instala-se nos pais uma preocupação que acompanha a família por toda a vida, relacionada ao presente e futuro daquela criança, variando em maior ou menor intensidade, dependendo da família, seus recursos pessoais e suporte social. O autor ainda aponta que um dos principais contextos de suporte para a família da criança com deficiência será o escolar.

Quando a família, que recebe uma criança com deficiência, não possa proporcionar a ela um espaço amoroso e estruturado, o desenvolvimento tende a se tornar mais complicado. É essencial que a família seja capaz de acolher e procurar recursos para seu melhor desenvolvimento. Umlugar incentivador é determinante na construção das primeiras interações da criança com o mundo. Segundo Bowlby (1997):

[...] a experiência familiar daqueles que se tornarão pessoas relativamente estáveis e autoconfiantes é caracterizada não apenas pelo apoio infalível dos pais, quando a eles se recorre, mas ainda por um estímulo gradual e constante à crescente autonomia, notando-se ainda que os pais transmitam modelos funcionais de si próprios, da criança e de outros (BOWLBY, 1997, p. 113).

É no âmbito familiar que se começa o exercício de sua dignidade como ser humano. Os pais têm desempenho decisivo na ação de permitir seu filho de se relacionar com o círculo social. A escola é o segundo espaço mediador. É no ambiente escolar que o saber científico é conduzido de caráter sistemático. É onde os estudantes aprenderão novos comportamentos, novos valores, novos meios de socialização, que serão de grande relevância no desenvolvimento e na aprendizagem.

De acordo com Polônia e Dessen (2007, p. 304):

A escola deve visar não apenas a apreensão de conteúdo, mas ir além, buscando a formação de um cidadão inserido, crítico e agente de transformação, já que é um espaço privilegiado para o desenvolvimento das ideias, crenças e valores.

Portanto, segundo as autoras, cabe à escola promover recursos psicológicos responsáveis pelo crescimento intelectual, social e cultural do ser humano.

O desenvolvimento humano é caracterizado por distintas etapas de transformações. Durante as fases de passagem do desenvolvimento infantil, como o momento de saída da atmosfera familiar e a ida para a escola, os pais de crianças transtornos globais do desenvolvimento, geralmente exibem sentimento de insegurança e incerteza. O aluno também sente as mudanças, uma vez que até então convivia com um número limitado de pessoas; quando inserido na unidade escolar, é exposto a várias situações novas, além da ausência da proteção constante de familiares.

A frequência ao espaço escolar, desempenho estudantil, aprender e conviver com as regras e rotinas da escola são atribuídas, em parte, depende da participação dos responsáveis nas ações escolares. Carvalho (2000, p. 2) aponta que tradicionalmente o sucesso escolar fica sujeito, na maioria das vezes, ao “[...] apoio direto e sistemático da família que investe nos filhos”. Para isso, é imprescindível entender a função e o envolvimento familiar no desenvolvimento pessoal e a influência que possui no convívio social e redes de auxílio, como a escola.

Efetivamente, a interação entre família e escola coopera de modo positivo na ação de inclusão dos alunos, público-alvo da educação especial em turmas regulares. Contudo, o envolvimento da família fica subordinado a múltiplos fatores, como: perspectivas dos pais sobre a função da instituição de ensino no processo de escolarização do aluno, tipo de suporte proporcionado pela escola, visões da escola sobre o educando com deficiência, políticas públicas para o público-alvo da educação especial (PAEE), entre outros. Para Glat, Pletsch, Fontes (2007), a participação da família é abordada muitas vezes como pano de fundo do processo de inclusão, e não como um de seus principais agentes, tendo o poder de ser facilitadora ou impeditiva para que a inclusão social e, mais especificamente, a escolar, ocorra.

No processo de ensino na escola regular, a demanda da participação familiar se faz necessária, visto que tem sido assinalada, na literatura, como o fundamental ambiente em que a criança convive. A família e a escola são consideradas como dois microsistemas sociais que têm papéis integrantes no processo educacional, causando condições articuladas e expressivas (BHERING; DE NEZ, 2002; CHACON, 2008).

Muitos documentos destacam o valor da relação entre a família e a escola para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. No Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a família é considerada em todas as fases da formação da criança

e do adolescente. Já o Plano Decenal de Educação para Todos estabelece que o avanço educacional depende do pacto entre a União, os Estados, os Municípios, a família e outras organizações sociais. (BRASIL, 1993).

No âmbito escolar, muitos fatores influenciam a trajetória educacional, tanto no que se remete às características familiares, quanto aos aspectos escolares dos estudantes, como as atuações parentais, a infraestrutura da unidade escolar e a dedicação de seus professores. Desse modo, a família e a escola podem ser recintos tanto impulsionadores quanto bloqueadores do conhecimento, desenvolvimento social e físico dos alunos (POLÔNIA; DESSEN, 2005; SILVA; VARANI, 2009).

Os educadores, para alcançarem uma aproximação com as famílias, precisam saber que não há uma referência de formações familiares, mas, sim, arranjos cada vez mais diversificados e em constante mudança. Assim, para que a relação com as famílias seja favorável, é preciso o sentimento de empatia e constituir um convívio com tratamento afável, compartilhando questões pertinentes. Portanto, é necessário que a gestão escolar promova um apropriado acolhimento aos familiares, de modo receptivo, criando oportunidades para que as famílias tenham contato entre si (SILVA; MENDES, 2008). Essas atuações são primordiais para promover a participação familiar na escola, beneficiando o desenvolvimento da aprendizagem do educando, pois a partir dessa parceria será possível conseguir dados que ajudem perceber o comportamento do aluno e potencializar seu o desenvolvimento cognitivo.

Outro ponto que coopera na frequência dos alunos com deficiência, no ambiente escolar, é a adaptação metodológica. O acesso a materiais adaptados e variados permite aprendizagem através de práticas que acolham suas singularidades, como assegura a LDB (BRASIL, 1996).

As adaptações curriculares consistem no planejamento e proposição de atividades e procedimentos didático-pedagógicos como práticas alternativas necessárias ao processo ensino aprendizagem dos alunos, com a previsão de disponibilidade para o trabalho individualizado, mas não isolado. Cabe ressaltar que os encontros entre professores consistem em uma oportunidade importante para trocas de experiências, discussões, estudos e reflexões de suas práticas apoiados nas literaturas e nas produções científicas mais recentes a respeito das adaptações curriculares possíveis ao atendimento educacional domiciliar (BRANDÃO, 2011, p. 5.265-5.266).

O convívio acolhedor entre alunos e professores é de extrema estima para se criar vínculos de confiança favoráveis ao desenvolvimento do PAEE. No caso dos pais, é indispensável que estes sejam dispostos a participar, dar apoio, trabalhar em conjunto e de maneira harmoniosa em prol do seu filho.

Momentos de diálogos entre pais e profissionais da educação, torna possível que os familiares apreciem as atividades que o filho realiza dentro da sala de aula, e que proporcionem informações ao docente que podem colaborar com sua metodologia pedagógica. Porém, é necessário que esses diálogos não sejam superficiais, possibilitando que as informações transmitidas sejam profundas e úteis à criança, pois um diálogo rico e produtivo, que abranja questões sobre o desenvolvimento, aprendizagem e características da criança, é benéfico e favorece a escolarização da criança, além de proporcionar suporte emocional/informacional também para os pais e para os agentes escolares (PANIAGUA; PALÁCIOS, 2007).

Compete aos estabelecimentos de ensino promover um relacionamento saudável com as famílias, tendo-os como parceiros no processo de ensino aprendizagem, desde comparecerem nas escolas para buscar informações sobre seu filho, até o subsídio, em casa, nas atividades escolares. Quanto maior a interação familiar com a comunidade escolar, maior a possibilidade de eles sugestionarem sobre a efetivação de ações benéficas a escolarização da criança PAEE.

Cada um deve cumprir a sua função sem jogá-la de um para o outro. Como afirmam Morelli e Souza (2008), um dos fatores que contribui para o desenvolvimento da criança é a educação, e esta é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais da área. Um ato essencial para um convívio saudável entre a família e a escola é estipular quais são os direitos e deveres de cada um, com o firme objetivo de deixar claros seus papéis.

É imprescindível que exista coparticipação tanto da unidade escolar quanto da família para o estreitamento dos vínculos afetivos. Dessen e Polônia (2007) ressaltam que os pais devem ficar vigilantes no acompanhamento das atividades praticadas pelo estudante, na sua frequência no ambiente escolar e em como é estabelecida a inter-relação com os professores e comunidade escolar.

Os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 27).

Nessa perspectiva, a participação dos responsáveis em momentos pedagógicos é uma importante chance de troca de vivências, de ciência das limitações e dificuldades, de compreensão de que as pessoas são distintas com nível de inteligência, habilidades, dificuldades e demandas diversas.

Sendo assim, a escola é, depois de sua casa, o lugar onde o estudante passa mais tempo; desse modo, alguns costumes podem passar despercebidos aos familiares, porém, podem ser

observados no ambiente escolar; são distintas as relações familiares e das escolas, o que induz as crianças a apresentarem comportamentos individualizados em cada espaço.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, serão apresentadas considerações sobre a metodologia adotada na pesquisa intitulada "Inclusão Educacional: Perspectivas e Desafios em uma Escola Pública". A investigação baseou-se em uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as experiências e desafios vivenciados no cotidiano escolar. O estudo foi realizado por meio de um estudo de caso em uma escola pública.

O estudo de caso constitui um processo de pesquisa de uma determinada situação social, pelo meio da análise de um contexto peculiar dessa realidade, podendo ser caracterizado como uma abordagem metodológica, que possibilita a apreciação mais profunda de um fenômeno ou problema, ou seja, do caso, de maneira a responder aos questionamentos de investigação “porquê” e “como”, o que proporciona a compreensão das características individuais da conjuntura situacional.

Nesse sentido, concebemos que o estudo de caso também é explanado enquanto dado específico, e que demanda elementos particulares, para uma pesquisa. Porém, é necessário frisar que não se pode estabelecer a sua generalização exclusivamente como uma alternativa metodológica seguida em pesquisas qualitativas em educação. Pois, de acordo com André (2013, p. 97) o “[...] estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”, ou seja, ao determinarmos nossa intenção de pesquisa já estamos, o idealizando para a efetivação do estudo de caso.

Neste trabalho, o estudo de caso apresentou com foco nas práticas de inclusão educacional e nos obstáculos enfrentados pelos docentes, monitores e funcionários para concretizarem no cotidiano, ações metodológicas com equidade no âmbito da Unidade Escolar. Para a coleta de dados, foram utilizados diferentes instrumentos, incluindo aplicação de questionário semiestruturado com professores, monitores, funcionários e familiares de alunos que foram apresentados laudos na Unidade Escolar, além de observação participante nas atividades escolares.

5.1 Universo da pesquisa

A pesquisa de campo, presente nesse trabalho, pretendeu investigar os desafios para lidar com o processo de inclusão, enfrentados pelos professores, monitores e funcionários do EF em um espaço escolar público municipal, propondo medidas e alternativas de práticas e ações pedagógicas de uma efetiva educação inclusiva, em uma Unidade Escolar pública

municipal em uma cidade localizada no extremo sul da Bahia, com população estimada, em 3.845 habitantes, segundo o IBGE (2022).

A escolha da instituição para *locus* da pesquisa ocorreu em virtude de a pesquisadora ter mantido, na sua trajetória de trabalho como docente, um maior tempo nessa instituição, tendo desse modo acompanhado um pouco do histórico e participado da vivência da rotina do ambiente escolar, despertando o interesse de estudo sobre as questões em torno da efetivação da inclusão escolar nessa unidade.

A legislação é explícita quanto à obrigação das escolas de acolher as crianças que se apresentam para a matrícula. Por outro lado, é importante que esse acolhimento não seja formal e que o aluno com deficiência tenha condições efetivas de realizar integralmente suas potencialidades (LIMA, 2006, p. 37).

O município atende, através de cinco Instituições de Ensino na área urbana e três no âmbito rural, aproximadamente 860 alunos, sendo a referida Unidade Escolar a única escola que oferta a modalidade de Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Essa escola foi fundada no ano de 1964, com curso ginásial com uma única série com 29 alunos. Atualmente, segundo a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), dispõe no quadro 61 funcionários, entre equipe gestora (diretora, vice-diretora, coordenadoras pedagógicas), docentes, monitores, porteiros, bibliotecários, secretária, auxiliares de secretaria, cozinheiras e equipe de apoio. A escola não possui em seu quadro: psicóloga, psicopedagoga e nutricionista, uma vez que estas são lotadas na SEMEC, de modo a atender todas as escolas do município, em dias alternados. Em sua estrutura física, a referida Instituição de Ensino conta com 05 salas de aula, 01 sala de vídeo, 01 sala de recomposição das aprendizagens (pós-pandemia), 01 sala de Recursos Multifuncionais, sala de professores, secretaria, sala da equipe gestora, biblioteca, cozinha, refeitório, auditório, pátios cobertos, jardim interno, depósitos e banheiros adaptados.

Apresenta, conforme censo escolar (2024), 296 alunos matriculados, distribuídos em 123 no turno matutino, em sua maioria alunos que residem na zona rural do município, por ser o turno em que há disponibilidade de transporte escolar, sendo três autistas, um deles também com o Transtorno Opositor Desafiador (TOD), uma aluna com esquizofrenia, um com deficiência física e quatro com TDH. No turno vespertino temos 121 estudantes, sendo uma autista e dois com TDH. No turno noturno 52 alunos estudam na EJA e nenhum deles apresenta laudo. Dentre os alunos dessa Unidade, quatro possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA); um dos referidos alunos possui também TOD, que é um padrão recorrente de

comportamento negativo, desafiante e desobediente com frequência direcionado contra figuras de autoridade. No quadro de discentes encontra-se também seis alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), um aluno com deficiência física e uma aluna com CID referente à esquizofrenia.

Todos os doze discentes com laudo que frequentam esta unidade escolar estão em salas de ensino regular, com monitores para auxiliarem na realização das atividades que são elaboradas e adaptadas pelos professores de cada disciplina da turma na modalidade do Ensino Fundamental (anos finais) da Educação Básica.

5.2 Coleta dos dados

O trabalho visou ter diversos olhares para o processo de inclusão escolar e suas principais dificuldades para que a inclusão de fato ocorra; dessa a forma, a pesquisa se desenvolveu por meio das seguintes ferramentas de coleta de dados:

5.2.1 Primários

- Observação participativa: tendo contanto com o cotidiano da escola, foi possível ter a oportunidade de observar a rotina dos educandos e funcionários, anotando no caderno de campo as análises que puderam contribuir para esta pesquisa;
- Três rodas de conversa realizadas nos meses de abril e setembro do ano de 2023 e no mês de junho do ano de 2024, com cada seguimento, abordando questões pertinentes aos avanços e desafios encontrados pelos sujeitos da pesquisa: oito professores do corpo docente; cinco monitores; seis funcionários que trabalham no turno diurno na Unidade Escolar em análise, sendo um de cada segmento da escola (bibliotecária, cozinheira, serviço de apoio, auxiliar administrativo, vice-diretora, coordenadora pedagógica) escolhido conforme disponibilidade de aceitação para participar da pesquisa; quatro representantes de familiares de alunos matriculados na unidade escolar que possuem deficiência, também escolhidos como sujeitos desta pesquisa de acordo com a disponibilidade de aceitação em participar.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, concretização de um estudo de caso, observação participante, roda de conversa, caderno de campo e aplicação de questionário com representantes de funcionários, professores, monitores e familiares de alunos que apresentaram

laudo na escola, com o intuito de analisar a temática no cotidiano da instituição de ensino (Apêndices A e B).

Sendo dividida em três partes, a primeira compreendeu um contato *in loco* com a equipe da escola, para refletir o tema, com exposição de um breve relato sobre o objetivo da pesquisa e sua relevância para o cenário educacional no que se alude à prática da política pública de inclusão no contexto de uma escola pública de ensino regular. No término, foi realizado o diálogo sobre a disponibilidade entre os membros da equipe da unidade escolar em contribuir como participante dela, sendo indicados pelos presentes representantes por setor.

Foi também possível discorrer com a vice-diretora, coordenadora pedagógica e secretária escolar sobre a organização da instituição e ainda analisar, de maneira geral, os instrumentos normativos da unidade escolar, o Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar vigentes naquele momento, bem como acesso aos laudos dos alunos com deficiência matriculados na Unidade Escolar.

Após um estudo criterioso dos instrumentos legais da escola, foi possível determinar como os sujeitos participariam da pesquisa e quais as ferramentas seriam utilizadas para a coleta de dados durante a pesquisa de campo.

Para todos os sujeitos, foi esclarecido que o anonimato seria mantido, garantindo que não sofreriam danos morais, sendo apresentada liberdade de escolha de participar ou não de cada uma das etapas da pesquisa.

Ficou acordado com a coordenadora pedagógica o agendamento de um encontro com pais/responsáveis de alunos que apresentaram lauda na escola para exposição desse trabalho. Após a realização desse encontro, tornou-se possível selecionar todos os sujeitos da pesquisa, que foram categorizados conforme especificado no Quadro 2.

Quadro 2 - Categorização dos Sujeitos da Pesquisa.

SUJEITOS DA PESQUISA	
Equipe Gestora	Vice-Diretora
Equipe Pedagógica	Coordenadora Pedagógica
Corpo Docente	08 Professores
	05 monitores

Representantes de Funcionários	01 bibliotecária
	01 serviço de apoio
	01 auxiliar administrativo
	01 cozinheira
Representantes Pais/Responsáveis	04 familiares

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A segunda etapa do trabalho foi caracterizada como a fase das rodas de conversas, que foram realizadas em seis momentos: dois com equipe gestora e representantes de funcionários; dois com equipe pedagógica, corpo docente e monitores; dois com representantes de pais. Cada roda de conversa teve como tempo de duração entre 40 e 50 minutos, sendo as reflexões anotadas em caderno de campo pela pesquisadora.

O terceiro andamento da pesquisa foi destinado para realização da aplicação de questionário. Foram elaborados dois questionários, respectivamente contidos nos apêndices A e B desta dissertação, sendo o primeiro aplicado para os docentes, monitores e para os representantes de funcionários em reunião na sala de vídeo da Unidade Escolar e o segundo para os representantes de pais, conforme agendamento prévio. A finalidade dessas questões era identificar a visão dos participantes da pesquisa quanto ao processo de inclusão implementado pela unidade escolar.

- Caderno de campo: registros diários de situações da escola à luz da pesquisa qualitativa, tendo como finalidade de estudo entender como se efetiva o processo de inclusão escolar a partir da prática das políticas de educação inclusiva na conjuntura de uma escola pública;
- Reunião com psicopedagoga municipal nos meses de maio e agosto do ano de 2023 e no mês de junho de 2024;
- Aplicação de questionários para professores, monitores e representantes de funcionários da escola abordando as seguintes questões: Aumento das matrículas de alunos para EI; Formação; Entraves enfrentados na prática da educação inclusiva; Acessibilidade da escola; Deficiências Distintas; Políticas Públicas; Família; Relevância Projeto Político Pedagógico (PPP); Sala de Recursos Multifuncionais; Gestão Participativa;

- Aplicação de questionário aos familiares dos alunos sobre os seguintes temas chaves: Acessibilidade da escola; Políticas Públicas; Família; Sala de Recursos Multifuncionais; Práticas Pedagógicas.

5.2.2 Secundários

Via análise de documentos de domínio público como: PPPs, 2023 e 2024; Livro de matrícula dos anos de fundação da escola até 2024; bem como EDUCACENSO 2023/2024 e legislações vigentes do ensino inclusivo.

Durante a realização da primeira roda de conversa, em que na reunião de professores e funcionários estiveram presentes dez professores, sete monitores e vinte e um funcionários de diversos setores da comunidade escolar. Àqueles participantes que concordaram em participar da pesquisa, sendo eles oito professores, cinco monitores e seis funcionários, foi explanado pela pesquisadora qual natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e incômodos que ela possa acarretar.

Sendo esclarecido também, durante o primeiro diálogo, que os participantes não sofrerão nenhum dano físico, psíquico, moral, intelectual, econômico, social, cultural ou espiritual, e que durante a participação poderão encerrá-la de imediato, ou remarcar-las, caso prefiram que ela seja realizada em outro momento. Ainda, a fim de incentivar a participação dos sujeitos, foram ressaltados os interesses da pesquisadora em utilizar as informações para compor os resultados da pesquisa, que posteriormente poderá ser publicada; bem como, enfatizada a natureza do trabalho e a importância de se obter respostas quanto às questões levantadas (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Foram realizadas três rodas de conversas com os oito professores, cinco monitores, seis representantes de funcionários da escola e quatro representantes de pais dos alunos especiais.

A psicopedagoga municipal, ao participar de uma das rodas de conversa, expôs que a escola possui alunos que estão passando por análise e encaminhamento para outros profissionais, como neurologista e/ou psiquiatra, para investigação e diagnóstico de possíveis deficiências, após os docentes apontarem em relatórios déficits na aprendizagem ou comportamentos diferenciados.

5.2.3 Tratamento dos dados

Os dados foram interpretados por meio de análise qualitativa a partir do conteúdo das anotações em caderno de campo realizadas pela pesquisadora nas rodas de conversas e nas respostas dos questionários aplicados das seguintes categorias analíticas: Aumento das matrículas de alunos para EI; Formação Continuada dos educadores e monitores; Entraves enfrentados na prática da educação inclusiva; Acessibilidade da escola; Deficiências Distintas; Políticas Públicas; Família; Relevância Projeto Político Pedagógico (PPP); Sala de Recursos Multifuncionais; Gestão Participativa.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão será apresentada cada etapa da pesquisa, explicitando os resultados obtidos a partir do aporte teórico com base nos estudos de Maria André e Mendiluce, nas análises realizadas e dos dados obtidos nesse trabalho.

6.1 Primeiros passos da Pesquisa

Segundo dados estatísticos do IBGE 2022, as matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão. Das 1.771.430 matrículas na educação especial computadas no Censo Escolar 2023, a maior centralização jaz no ensino fundamental, que contabilizou com 62,90% (1.114.230). Sendo seguida pela educação infantil, com 16% (284.847), e posteriormente o ensino médio, com número de matrícula estimado em 12,6% (223.258) dos educandos. Esses índices foram noticiados no dia 22 de fevereiro do ano de 2023, em portais do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Entre os alunos matriculados, 53,7% são de estudantes com deficiência intelectual (952.904), seguidos pelos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), com 35,9% (636.202). Subsequente, estão pessoas com deficiência física (163.790), baixa visão (86.867), deficiência auditiva (41.491), altas habilidades ou superdotação (38.019), surdez (20.008), cegueira (7.321) e surdocegueira (693). Apontaram também que 88.885 estudantes possuem duas ou mais deficiências combinadas.

Ao avaliar a faixa etária de 4 a 17 anos da educação especial, foi constatado que o número de matrículas de alunos que estudam em classes comuns do ensino regular também vem aumentando gradativamente, passando de 94,2%, em 2022, para 95% em 2023.

Atuando como docente da rede pública de ensino, foi observado o alto número de alunos com deficiência de uma pequena cidade no extremo sul da Bahia, matriculados somente nas unidades escolares com oferta de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental até o ano de 2021. A preocupação de analisar os entraves encontrados, para que esse público não mantivesse segmento na carreira estudantil, aumentou exponencialmente.

Após ser nomeada como gestora da escola, no ano de 2021, considerei o PPP uma importante ferramenta para estabelecer metas que favorecessem a inclusão no âmbito escolar. Foi nesse referido ano, que o primeiro aluno autista foi matriculado na escola e frequentou

assiduamente o ano letivo, tornando-se um exemplo e motivação, para que outros alunos com deficiência, também prosseguissem na sequência das séries escolares, nos anos seguintes.

O município teve como progresso no ano de 2023, a contratação de uma psicopedagoga para atender a rede educacional de ensino e, então, como resultado de uma das rodas de conversa dessa pesquisa, foi pontuado pelos docentes a precisão do atendimento nas escolas, de modo a contemplar alunos não laudados, contudo que no cotidiano escolar fossem compreendidos comportamentos característicos de pessoas com deficiência; igualmente esses educandos passaram pelo processo investigativo com psicopedagoga e, posteriormente, por outros profissionais (neurologista, psiquiatra) com a finalidade de serem devidamente diagnosticados.

Neste sentido, algumas metas, como monitoria de apoio para cada aluno, com solicitação no laudo, já foram alcançadas, após diálogo constante com a secretaria municipal de educação, por iniciativa dessa pesquisadora e apoio das demais gestoras escolares do município; porém, por falta de profissionais especializados suficientes no município, esses monitores, em sua maioria, possuem como formação apenas o ensino médio.

Nos anos de 2023 e de 2024, antes de iniciar o ano letivo, foi realizada a “Semana Pedagógica”, momento em que a comunidade escolar se reúne para debater sobre temas recorrentes na educação contemporânea, elaborar o planejamento anual de cada série e disciplina, listar projetos a serem executados durante o ano e elencar novas ações a serem alcançadas no PPP. Entre os objetivos traçados, algumas visam melhorar a inclusão no âmbito da escola.

O Plano de Ação foi elaborado apreciando as demandas e avaliações da comunidade escolar. Nesse sentido, a prioridade está centralizada em ações que afiancem o avanço da qualidade do ensino, com demarcação de tarefas e responsabilidades, estratégia para obter os recursos necessários, acompanhamento de cada etapa, cumprimento de metas e estimativa contínua dos processos deliberados.

6.2 A busca da inserção em uma Unidade Escolar Pública Municipal

6.2.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP)

O PPP é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É por meio dele que a comunidade escolar pode realizar um trabalho coletivo para execução dos objetivos

constituídos. É um mecanismo eficiente e capaz de proporcionar à escola condições de se planejar, buscar por meio de pessoas e recursos para a efetivação de sua vocação.

O projeto político-pedagógico tem a preocupação de considerar a realidade como um processo constante de transformações, estabelecendo um “diálogo” entre o que é realizado no ambiente escolar e as necessidades sociais presentes na comunidade local, uma vez que o círculo social é produto da atuação humana e recebe materialidade no cotidiano escolar.

O PPP da escola pesquisada organiza-se a partir dos seguintes eixos: Identificação e histórico da Unidade Escolar, Marco Referencial, Marco Situacional e Marco Filosófico que abrangem as dimensões da lógica do trabalho escolar: Princípios, Missão e Visão da Escola; Finalidades e Objetivos da Educação; Metas e Resultados de Aprendizagem da Escola; Operacionalização e Implementação do PPP no Cotidiano da Escola; Fundamentação Pedagógica; Avaliação e Organização Didático-Pedagógica; Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem; Relacionamento da Escola com familiares e comunidade local; Monitoramento e Avaliação; Objetivos, Metas e Ações a serem alcançadas pela equipe escolar.

É importante ressaltar que a construção do documento se fez de forma coletiva com a participação de todos os envolvidos no processo educativo: professores, monitores, equipe gestora, funcionários, representantes de pais, representantes de alunos e instâncias colegiadas.

As dimensões que compreendem a lógica do trabalho escolar da referida unidade comungam com os princípios Éticos, Políticos e Estéticos que norteiam a organização e o funcionamento das instituições de ensino municipais. A missão propaga em como propiciar ao coletivo escolar um espaço de desenvolvimento intelectual e pessoal para uma educação integral de todos os estudantes e a visão constitui que para promover uma educação equitativa dos educandos é necessário ressaltar a diversidade destes, tendo isso, como eixo norteador do trabalho pedagógico.

No que se alude à modalidade da Educação Especial, foco desta pesquisa, a Unidade Escolar tem previsto em seu Projeto Político Pedagógico que as condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, devem ser ofertadas em prol do processo de inclusão escolar no qual está expresso em seus objetivos e metas, que se deve assegurar a inclusão do aluno com deficiência no âmbito escolar, favorecendo o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.

Na unidade escolar onde foi realizada a pesquisa, o PPP foi reelaborado no ano de 2023, seguindo as orientações do MEC, após todos os docentes, monitores e equipe gestora

participarem de cursos on-line, pontuando conforme a realidade dessa Instituição de Ensino elementos de dados de marco situacional, marco filosófico e marco operativo, necessários para compor este documento que é considerado uma bússola norteadora para efetivar as ações cotidianas no âmbito escolar.

Após o estudo sobre o Projeto Político Pedagógico, foram realizadas, por iniciativa da equipe gestora, após enviar convites impressos, dois encontros com duração de cerca de 1h. e 30min., no auditório da Instituição de Ensino para promover momentos de escuta com toda a comunidade escolar: professores, monitores, funcionários de apoio, funcionários administrativos, representantes dos alunos e representantes de pais como mostram as Figuras 3, 4 e 5.

Figura 3 - Rodas de conversa e momentos de escuta com professores, monitores, funcionários de apoio e administrativos.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Figura 4 - Rodas de conversa e momentos de escuta com representantes de alunos.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Figura 5 - Rodas de conversa e momentos de escuta com representantes de pais.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Nas rodas de conversa com os professores, monitores e funcionários, podemos ouvir a conceito dos mesmos sobre a importância deste importante documento para efetivar ações no âmbito escolar, como nos confirma o relato de uma professora:

[...] O PPP possui metas que precisamos alcançar no decorrer do ano letivo e dessa forma norteia o trabalho. É também especialmente importante no processo de inclusão, uma vez que dentre essas metas estipuladas pela equipe durante a sua construção, temos aquelas que abordam as ações que nós, enquanto escola, precisamos realizar para que nossos alunos com necessidades especiais desenvolvam habilidades sociais e cognitivas (Docente I.R.S.).

Nas duas reuniões com as famílias tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais detalhes do cotidiano dos alunos: as realidades de cada um, seus gostos, referências, comportamentos em casa, e como ocorre a interação com os familiares, como nos exemplifica uma das mães presentes:

[...] Meu filho V. H. N., tem doze anos e é uma criança especial, pois tem autismo e uma deficiência intelectual leve. O seu cotidiano é diferente das demais crianças. Ele precisa de apoio para realizar até tarefas consideradas simples, como se vestir, tomar banho, amarrar cadarços do calçado. Ele também tem dificuldade de se comunicar, pronuncia poucas palavras, embora graças a interação com os colegas na escola e acompanhamento com um fonoaudiólogo, o seu vocabulário está aos poucos sendo ampliando. Apesar dos desafios, é uma criança muito alegre, mesmo não conseguindo ficar muito tempo seguido dentro da sala de aula, ele ama vir para a escola (Mãe M. N. A.).

Através das perguntas norteadoras durante os diálogos, notamos que os pais confiam no trabalho da equipe da escola ao tecerem alguns elogios em relação ao acolhimento, paciência e

carinho que seus filhos são acolhidos e não somente os professores e monitores, mas todos os funcionários da escola.

[...] Sou mãe do aluno J. R. N., um menino lindo com deficiência física. Desde o seu nascimento eu sabia que sua vida não seria fácil, mas nunca imaginei o quanto ele seria capaz de superar desafios. Na sua rotina ele precisa de cuidados constantes, desde higiene pessoal até a alimentação. Para locomoção, conseguimos comprar uma cadeira motorizada, que proporciona maior autonomia para ele. O que mais me entristece é quando o vejo se frustrar quando não consegue fazer algo que os outros meninos fazem com facilidade, mas ele nunca desiste, tenta novamente até conseguir ou busca uma forma alternativa. O J. adora vir para a escola, que o recebe com muito carinho, sem rotulá-lo de coitadinho, o estimulando a socializar e participar das atividades e projetos desenvolvidos. A equipe desta escola tem sido muito importante para o meu filho, pois a cada dia percebo que as ações realizadas na escola têm aumentado a sua confiança e vontade de aprender. Ainda faltam algumas coisas para esta escola ser totalmente considerada acessível, mas o que mais me agrada é a forma como promove a empatia e inclusão. O acolhimento acaba por suprir o que falta na estrutura física. (L. R. S.).

A interação escolar contribui para o respeito, a empatia e a significação de conhecimento de forma mais independente. O ritmo de aprendizado é respeitado e o foco não são os conteúdos programáticos. O educador atua como mediador, buscando sempre metodologias que agreguem valores junto à turma.

Identificar diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, alunos de menor rendimento etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência (BRASIL, 2020, p. 12).

A adequação do material didático é um bom exemplo de prática inclusiva no âmbito escolar. O material pedagógico variado auxilia na participação dos alunos nas aulas, propiciando a execução de atividades adaptadas. Sugerir atividades interdisciplinares e incentivar a participação dos discentes nas aulas são ações que partem de um bom planejamento, que alinha o corpo docente às expectativas dos alunos e famílias. No momento de planejar, todos os detalhes devem ser pensados, inclusive aqueles que envolvem espaços físicos. Dessa forma, pensar nas etapas da aula tendo como objetivo a participação de todos é um bom exemplo de práticas inclusivas.

Os materiais pedagógicos dessa Unidade Escolar são comprados com verbas do “Programa Dinheiro Direto na Escola” (PDDE); após diálogo da equipe gestora com os professores, para decidirem juntos por aqueles que trarão melhorias no processo de ensino aprendizagem durante as aulas. Em relação às atividades, ocorre a adaptação no nível de

dificuldade conforme a especificidade de cada aluno, embora alguns docentes ainda oferecessem certa resistência para realizar a adaptação em todas as atividades trabalhadas.

Após reflexões, a partir do diálogo nas rodas de conversa desta pesquisa e oferta de cursos de formação continuada sugeridos pela pesquisadora frente à SEMEC, foi possível perceber mudanças atitudinais de alguns docentes, que passaram a adotar metodologias que oportunizasse a participação de todos os educandos, independentemente de suas habilidades e respeitando o tempo de aprender de cada um. Foi possível também apreciar um maior uso de recursos e materiais adaptados, que favoreceram o aprendizado dos alunos com deficiência. Além de promover avanços na socialização e no desenvolvimento emocional e cognitivo desse alunado, através de um trabalho desenvolvido pela equipe desta Unidade Escolar, que prima pela empatia e respeito às diferenças.

6.2.2 A sala multifuncional

Através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a unidade escolar foi contemplada com o valor de trinta e dois mil reais para equipar um espaço da escola a ser destinada com a Sala de Recursos Multifuncionais (Figura 6). Foi elaborado um plano de ação com a participação toda equipe escolar sobre o gasto desse recurso, listando quais mobiliários, aparelhos e jogos seriam relevantes fazer a aquisição. Constituiu um passo muito importante para a Instituição de Ensino, embora o recurso não fosse o suficiente para compra do almejado, pensando na efetivação cotidiana de metodologias inclusivas.

Figura 6 - Sala de Recursos Multifuncionais.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Após a montagem da sala, foi solicitado, via ofício, para a Secretaria de Educação Municipal a contratação de um professor para trabalhar com os alunos com deficiência nesse espaço.

As famílias representam um grande entrave enfrentado pela escola, pois não estão dispostas a levar os alunos em turnos diferentes daquele em que estão matriculados para interação na Sala de Recursos. Dessa forma, os pais solicitam que esses alunos frequentem a referida sala durante o período em que já estão na escola, sendo retirados de algumas aulas, o que contraria as normativas vigentes.

Após ter acesso à Sala de Recursos Multifuncionais, os alunos com deficiência da Unidade Escolar apresentaram avanços significativos na aprendizagem, bem como no desenvolvimento de habilidades de autocuidado e independência. Houve também significativa

redução da ansiedade, estresse, momentos de crises e comportamentos disruptivos por parte dos alunos autistas.

A interação com outros educandos que possuem especificidades distintas na SRM proporcionou para esses alunos uma socialização importante para aumentar a autoestima e controle das emoções.

Esses avanços foram perceptíveis para as famílias e para a comunidade escolar, ao presenciar os alunos realizando tarefas que não realizavam antes e passarem a participar de culminâncias de projetos realizados pela escola com autoconfiança em interagir com os demais discentes da unidade escolar, diminuindo a evasão, o isolamento e ampliando as relações interpessoais e habilidades sociais, com melhorias na comunicação.

6.2.3 A formação continuada

Conforme diálogo com a Equipe Pedagógica da escola foi ofertado pela Secretaria Municipal de Educação no ano letivo de 2023, um curso de formação continuada presencial, ministrado por uma psicóloga e uma psicopedagoga para os docentes da Unidade Escolar, sobre como realizar a adaptação das atividades para os educandos com laudo; porém, alguns educadores ainda oferecessem resistências ou apresentam dificuldades na realização.

Outra formação aconteceu no mês de abril de 2024, após solicitação dessa pesquisadora frente à SEMEC, para reflexão e apoio quanto aos desafios apresentados no cotidiano escolar no processo de inclusão, trazendo como pauta principal a elaboração do PEI, documento que apresenta a avaliação de cada aluno com deficiência. Posteriormente a essa formação, juntamente com a coordenadora pedagógica, os professores elaboraram o PEI dos educandos laudados, nos momentos de Atividades Complementares (ACs) (Figura 7).

Figura 7 - Curso de Formação Continuada ministrado por psicóloga e psicopedagoga com docentes e monitores da Unidade Escolar.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

A equipe gestora da Instituição de Ensino relata que entende a necessidade de cursos e formação frequentes sobre a temática, uma vez que são especialidades diferentes encontradas no âmbito da sala de aula e que cada uma traz necessidades distintas, requer estudos teóricos e análises de ações do cotidiano dos discentes.

O PEI é um instrumento que apresenta orientação para o processo metodológico que atende às necessidades individuais do aluno com deficiência, de maneira documentada. Especifica o nível de desempenho atual do educando, metas na aprendizagem, serviços suplementares e adaptações curriculares necessárias, preparados tendo como embasamento uma avaliação específica do desenvolvimento do estudante. Nesse sentido, caracteriza-se como uma ferramenta regulatória que procura conectar exigências legais, objetivos acadêmicos e o trabalho diário da educação para inclusão dos alunos com deficiência (YELL *et al.*, 2016; BRAY; RUSSEL, 2018; TRAN; PATTON; BROHAMMER, 2018).

No mês de agosto de 2024, a Secretaria Municipal de Educação, promoveu em todas as escolas da rede outra formação sobre o PEI, com a participação da Psicopedagoga municipal, equipe gestora, professores e monitores de cada unidade escolar. Sendo um momento para discussão sobre as leis nacionais que amparam a construção desse importante documento, ampliar as informações já constituídas e revisar os PEIs elaborados pela equipe escolar dos alunos com deficiência matriculados.

Figura 8 - Cursos de Formação Continuada ministrado por psicopedagoga com docentes, monitores e equipe gestora da Unidade Escolar.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

A exposição a novas informações é uma estratégia poderosa para mudar as atitudes sociais. A formação de professores não se esgota na formação inicial e de base, nem mesmo na formação contínua. Convenientemente, combinando essas experiências, tendências e ações atitudinais pró-objeto, podem ser criadas. Tais procedimentos podem ser incluídos em programas de formação de professores ainda em formação.

São necessários espaços de acolhimento, escuta e troca de experiências entre os pares. Tal proposta deve estar pautada em uma cultura escolar que priorize os valores humanos. Pode ser um desafio importante a ser enfrentado pela liderança da gestão escolar. As lutas diárias dos professores no cotidiano escolar não são poucas.

É preciso aguçar a capacidade do professor de refletir sobre sua prática, autoavaliar-se e reconstruir sua conduta com autonomia. A auto-observação, a reflexão e a busca pela transformação pessoal devem ser contínuas. Os espaços de encontro entre os professores e entre eles e os demais setores da escola devem ser ampliados. Na interação, caminhar para a construção de uma cultura escolar inclusiva.

Os estudos sobre atitudes sociais indicam que os professores sentem que lhes falta o preparo adequado para atuarem no ensino inclusivo e apontam a necessidade de investimento na sua formação inicial, assim como em capacitações em serviço (VERDE; CORRÊA; SANTOS, 2020).

Professores atualizados e em formação continuada dão exemplos de práticas inclusivas nas escolas. Profissionais inclusivos precisam investir em formação continuada. Assim, o professor desenvolve a habilidade de integrar os alunos e valoriza os potenciais de cada

estudante em particular. Habilidade, conhecimento e competência são características que agregam muitos nos exemplos de práticas pedagógicas. Certamente, esses professores também carregam consigo valores como a empatia, disposição para aprender sempre, amor pela profissão e dedicação constante.

A elaboração de uma rotina a ser desenvolvida na sala de aula, ao mesmo tempo em que contribui para a organização da sala em geral, também ajuda no fortalecimento das funções executivas. Desse modo, todos os alunos conseguem ir aos poucos aumentando seu senso de autonomia e organização.

Assim, é necessário que a prática pedagógica adote a perspectiva heterogênea, multicultural e inclusiva, fugindo de preceitos padronizados de ritmos de aprendizagem. Ampliando o conceito da educação inclusiva, visto que todos os estudantes carecem ser acolhidos nas suas necessidades e especificidades com práticas pedagógicas que promovam o direito de aprender.

A pesquisa de campo, descrita nesta seção, propôs analisar os dados emersos no campo à luz da pesquisa qualitativa. Ela teve como objetivo de estudo entender como se efetiva o processo de inclusão escolar a partir da implementação das políticas de educação inclusiva no contexto de uma escola pública.

A Instituição de Ensino apresentou significativos avanços na inclusão educacional. Entre os anos de 2023 e 2024, houve aumento na matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais (saindo de três à doze alunos com laudo) e a construção do PEI de cada aluno, proporcionou maior flexibilidade metodológica visando atender as especificidades de cada educando. A partir de conhecimentos adquiridos em momentos de formação continuada com psicóloga e psicopedagoga, os docentes apresentaram menor resistência na adaptação do currículo e das práticas de ensino realizadas no cotidiano letivo.

6.3 Reflexões a partir da aplicação de questionário com docentes, monitores e representantes de funcionários da Unidade Escolar

As respostas de cada participante desta pesquisa no questionário demonstram a percepção que possuem sobre a instituição de ensino, bem como sobre as ações efetivadas pelos sujeitos que compõem a equipe no âmbito escolar, conforme a seguir,

- **Aumento de matrículas**

“A cada ano tem ocorrido um avanço significativo no número de matrículas de alunos com necessidades especiais, bem como a permanência desses educandos durante o ano letivo. Esse fator ocorre, pois há uma maior conscientização tanto por parte das famílias quanto da sociedade em geral sobre inclusão e aceitação que priorize atender à todos sem distinção.” DOCENTE A

“Sim, houve um aumento considerável de matrículas. A educação inclusiva vem aumentando em todo o país, e com isso os alunos com necessidades especiais aprendem no seu tempo.” DOCENTE B

“A cada ano vem aumentando a frequência dos alunos especiais nessa escola nos últimos anos.” DOCENTE C

“Até poucos anos, nenhum aluno com necessidades educacionais especiais havia frequentado esta instituição de ensino. Paravam no ensino fundamental.” DOCENTE D

“Cada vez mais os educandos com especialidades vêm frequentando essa escolar e todos os profissionais da escola tem tentado proporcionar um acolhimento e ensino com equidade para esses alunos.” DOCENTE E

“O número de alunos com necessidades especiais frequentando esta unidade escolar vem sendo ampliado nos últimos anos, acredito que por mais direitos sendo conquistados no âmbito educacional.” DOCENTE F

“Antes, os alunos com necessidades especiais não tinham acesso a educação, hoje esses alunos tem acesso essa educação, o que é bom. O aumento é prova que a educação vem avançando ano após anos.” DOCENTE G

“Sim, é perceptível esse aumento, visto que esse aumento é um passo significativo, considerando que esses alunos estão tendo a metodologias de ensino adaptadas às suas necessidades.” DOCENTE H

- **Formação Continuada**

“Preparação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.” DOCENTE A

“Atualmente tem acontecido com mais frequência formações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação e pela própria unidade escolar, visando promover e ampliar conhecimentos e habilidades para atender os alunos com necessidades educacionais, mas se faz necessário outras formações que possam acrescentar novos conhecimentos. Precisa de uma constância em qualificação.” DOCENTE B

“A formação continuada dos professores é de suma relevância para a inclusão dos alunos nas escolas. Nos últimos anos algumas formações abordando a temática vêm acontecendo, porém ainda não me sinto completamente capacitada para realizar um trabalho com excelência com esses educandos.” DOCENTE C

“Os cursos nos ajudam a compreender as características das diferentes necessidades especiais, sejam elas físicas ou cognitivas. A equipe gestora vem proporcionando junto à Secretaria Municipal de Educação, momentos de capacitação para melhor atendermos nossos alunos.” DOCENTE D

“Trabalhar com alunos com NEE requer preparação, empatia e habilidades específicas. A capacitação nos ajuda a entender as necessidades desses alunos. A preparação é essencial visto que esses alunos requerem atenção e adaptações curriculares diferentes para atender as necessidades deles.” DOCENTE E

“O profissional preparado, adequa o ensino a esses alunos, trabalhando com paciência e empatia.” DOCENTE F

“Para que a educação seja de qualidade para esse público, é de grande importância a formação continuada dos professores.” DOCENTE G

“A formação contínua nos ajuda a compreender as características desses alunos, sejam elas físicas ou cognitivas. Adaptando o ensino para cada característica.” DOCENTE H

- **Entraves enfrentados na prática da educação inclusiva**

“Necessidade de organizar o material de ensino com estratégias diversificadas que atendam as especificidades de cada aluno; Aceitação por parte de alguns docentes e até mesmo dos próprios pais ou responsáveis; Material pedagógico para atender as particularidades dos educandos.” DOCENTE A

“Entre os desafios mais comuns estão a formação inadequada dos professores, a falta de recursos e a infraestrutura apropriados.” DOCENTE B

“Os professores precisam encontrar métodos de ensino que melhor alcancem os alunos com variadas habilidades de aprendizagem, beneficiando todos os alunos, aumentando o envolvimento no processo de aprendizagem.” DOCENTE C

“Os educadores precisam coordenar esforços e compreender as necessidades de todos os seus alunos para realizar um planejamento adequado que promova o desenvolvimento de sua habilidade.” DOCENTE D

“Dificuldade em lidar com as diferentes especificidades, tanto por falta dos docentes quanto por monitores e demais funcionários, por falta da preparação adequada para esse fim.” DOCENTE E

“A inclusão escolar não se trata somente de acesso físico, mas de garantir que esses alunos possam participar de forma plena e significativa de todas as atividades escolares.” DOCENTE F

“Adaptações curriculares, metodologias de ensino diferenciadas e falta de tecnologias assistivas que possam facilitar a aprendizagem dos alunos.” DOCENTE G

“As dificuldades encontradas com mais frequência são a formação adequadas para lidar com as necessidades específicas desses alunos.” DOCENTE H

- **Acessibilidade da escola**

“A estrutura física atende algumas possíveis dificuldades, mas ainda necessita: colocar corrimões, instalar pisos ou carpetes antiderrapantes, sinalizar alguns pontos da escola.” DOCENTE A

“Sinalizar pontos da escola, colocar piso adequado, dentre outras.” DOCENTE B

“Colocar rampas para acesso à biblioteca e refeitório.” DOCENTE C

“Colocar piso antiderrapante, corrimão etc.” DOCENTE D

“No espaço físico alguns acessos para um portador de deficiência locomotora ainda são inadequados, como o refeitório e a biblioteca.” DOCENTE E

“Colocar piso adequado para que possa evitar acidentes.” DOCENTE F

“Melhorar acesso ao refeitório e biblioteca.” DOCENTE G

“Aprimorar acessos, sinalizar pontos da escola, melhorar piso etc.” DOCENTE H

- **Deficiências Distintas**

“Ampliar formação continuada para professores e monitores sobre a temática; faltam recursos adequados; Acompanhamento de equipe multidisciplinar para orientar como lidar com os diferentes transtornos e especificidades.” DOCENTE A

“Realizar a adaptação de atividades e metodologias de modo a atender as especificidades educacionais de cada aluno.” DOCENTE B

“Flexibilização de conteúdos e das metodologias de ensino de modo a atender as deficiências distintas.” DOCENTE C

“A inclusão está diretamente relacionada à postura que o professor assume em sala de aula, pois, dependendo da abordagem adotada, pode incluir um indivíduo ou excluí-lo definitivamente do processo de ensino-aprendizagem e do convívio social.” DOCENTE D

“Aa maior dificuldade é não saber como lidar com cada especificidade e não contar com o apoio do monitor nesse sentido, pois o mesmo também não tem a formação acadêmica adequada.” DOCENTE E

“O primeiro passo é buscar conhecer as especificidades de cada educando, para somente a partir daí, identificar o que facilita e o que dificulta seu processo de ensino aprendizagem.” DOCENTE F

“Mesmo alunos com a mesma especificidade, com o mesmo CID, apresentam características distintas. Para lidar da melhor maneira com cada um é necessário conhecê-los: como se dá o processo de aprendizagem, o que serve de gatilho para possíveis crises, o dificulta a interação com os colegas etc.” DOCENTE G

“A implementação da inclusão escolar revela uma série de barreiras que afetam diretamente os alunos com necessidades especiais. Essas dificuldades podem ser categorizadas em diferentes esferas. A primeira é saber distinguir as necessidades educacionais de cada educando.” DOCENTE H

- **Políticas Públicas**

“Elaborar plano de ação e materiais pedagógicos acessíveis que facilite a aprendizagem desse público.” DOCENTE A

“Atualização no regimento escolar de modo a contemplar os alunos com necessidades educacionais especiais.” DOCENTE B

“Formação e treinamento contínuo dos professores e funcionários.” DOCENTE C

“Apoio psicopedagógico e plano de ação.” DOCENTE D

“Monitoramento e avaliação, uso de tecnologias assistivas.” DOCENTE E

“Desenvolvimento de projetos e programas para toda a rede municipal de educação que favoreça a efetivação da inclusão escolar.” DOCENTE F

“Treinamentos diversos cursos de aperfeiçoamento constante, melhorias na sala de recursos multifuncional e suporte de equipe multifuncional.” DOCENTE G

“Trabalhar em conjunto, com as equipes gestoras e pedagógicas das demais unidades escolares municipais.” DOCENTE H

- **Família**

“As famílias e educandos tem uma convivência harmoniosa, respeitam e acolhem os discentes com necessidades educacionais especiais sem impor barreiras.” DOCENTE A

“É importante que os integrantes da escola, sobretudo os professores e coordenadores pedagógicos, construam um vínculo com os membros da família do aluno portador de necessidades especiais.” DOCENTE B

“De acordo com a maneira como os familiares se expressam, não foi notado nenhum tipo de sentimento negativo da escolar propiciar a inclusão escolar.” DOCENTE C

“De maneira muito subtendida, em uma reunião de pais e mestres, um familiar indiretamente disse ter receio ao promover a inclusão em sala de aula, [...] atrasasse o processo de ensino aprendizagem dos demais alunos.” DOCENTE D

“Em nenhum momento pude presenciar algum tipo de preconceito ou ação de recusa quanto a inclusão por familiares da escola.” DOCENTE E

“A relação entre família e escola deve ser de maneira harmoniosa, visto que a educação é para todos.” DOCENTE F

“A resistência pode ocorrer devido certos pais acharem que vão atrapalhar o ensino de seus filhos, mas não falam declaradamente.” DOCENTE G

“O modo como a equipe escolar sempre aborda em reuniões de pais e mestres sobre os benefícios da inclusão escolar, inibe ações de preconceito.” DOCENTE H

- **Relevância do PPP**

“Promover maior entrosamento da família e da comunidade escolar; proporcionar atendimento com equipe multidisciplinar.” DOCENTE A

“Contratar, através da Secretaria Municipal de Educação, uma psicóloga exclusiva para atender nesta unidade de ensino.” DOCENTE B

“Ampliar os jogos e materiais da sala de recursos multifuncionais.” DOCENTE C

“Melhorar a estrutura física, adaptando ao acesso à biblioteca e refeitório.” DOCENTE D

“Monitorar os objetivos elencados no PEI dos educandos, de modo obter ações cotidianas para alcançá-los.” DOCENTE E

“Incluir metas específicas como a formação contínua dos professores e funcionários da instituição.” DOCENTE F

“Palestras para familiares sobre a educação inclusiva.” DOCENTE G

“Elaborar e executar a proposta pedagógica inclusiva, administrar o pessoal e seus recursos (materiais e financeiros).” DOCENTE H

- **Sala de Recursos Multifuncionais**

“Desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras.” DOCENTE A

“Ampliar interação com outros alunos.” DOCENTE B

“Acesso a recursos e materiais pedagógicos adaptados.” DOCENTE C

“Desenvolvimento da confiança e autoestima.” DOCENTE D

“Impacto significativo e positivo no processo de ensino-aprendizagem com atendimento personalizado.” DOCENTE E

“Recursos adaptados, suporte psicopedagógico etc.” DOCENTE F

“Atendimento educacional personalizado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos especiais.” DOCENTE G

“Avanço da aprendizagem, da socialização.” DOCENTE H

- **Gestão Participativa**

“A tomada participativa pode fornecer subsídios essenciais como a formação e capacitação, a tomada de decisão coletiva, etc.” DOCENTE A

“Adotando uma gestão participativa, a instituição cria um ambiente mais inclusivo, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de se desenvolver em um ambiente acolhedor e respeitoso.” DOCENTE B

“A equipe gestora da escola tem papel fundamental nesse processo educacional, pois busca, juntamente com a comunidade escolar, estabelecer relações de participação e diálogo, chamando a todos para o debate.” DOCENTE C

“A gestão democrática e participativa no contexto educacional emerge como um componente essencial para promover a inclusão escolar de alunos com deficiência.” DOCENTE D

“Ao que se refere a educação inclusiva, a gestão democrática implica na participação ativa de diferentes partes interessadas, incluindo diretores, professores, funcionários, pais, e em alguns casos os alunos.” DOCENTE E

“Todas as tomadas de decisões na escola são tomadas em conjunto, sempre levando em consideração a opinião dos docentes e funcionários.” DOCENTE F

“Em uma gestão democrática e participativa, a liderança assume um papel facilitador, estimulando o diálogo, a troca de ideias e a construção de consensos. Nesta Instituição prima-se por uma gestão democrática.” DOCENTE G

“A gestão escolar é fundamental para o desenvolvimento pedagógico da escola, por ser capaz de proporcionar abertura de novos espaços para transformação do cotidiano escolar.” DOCENTE H

A seguir as respostas dos Monitores(as),

- **Aumento de matrículas**

“Iniciei meu trabalho nesta escola nesse ano de 2024, mas por morarmos em uma cidade pequena, pude acompanhar que o primeiro aluno especial a frequentar a escola foi E.S.B. no ano de 2021.” MONITOR A

“Nos últimos três anos alunos com laudo passaram a dar continuidade aos estudos, não parando somente no 5º ano.” MONITOR B

“Sim, a cada ano mais alunos com necessidades especiais tem frequentado o Ensino Fundamental II. Penso que a contratação de monitores foi um fator importante para isso.” MONITOR C

“Quanto mais direitos são respeitados em prol desses alunos, mais as famílias vão criando confiança de matricularem seus filhos. A matrícula cresceu sim nos últimos anos.” MONITOR D

“O atendimento psicológico, psicopedagogo, a Sala de Recursos e monitoria para cada alunos com necessidades especiais animaram os familiares de dar continuidade na vida escolar dos seus filhos.” MONITOR E

- **Formação Continuada**

“Preparação para trabalhar com alunos com deficiência.” MONITOR A

“Embora a gestão escolar se empenhe da melhor maneira possível para nós auxiliares, o preparo que temos e recebemos está aquém do necessário que é preciso para trabalhar.” MONITOR B

“A gestão escolar nos dá um suporte para que possamos atender as necessidades desses alunos.” MONITOR C

“O monitor desempenha função de auxiliar os professores na educação desses alunos com necessidades especiais, a gestão nos dá suporte para atender esses alunos.” MONITOR D

“A capacitação dos monitores é importante para auxiliar os professores na educação inclusiva.” MONITOR E

- **Entraves enfrentados na prática da educação inclusiva**

“Principais dificuldades encontradas como docente/monitor/funcionários, para trabalhar com esse público-alvo.” MONITOR A

“Falta mais treinamento específico para conhecermos mais sobre os transtornos e deficiências.” MONITOR B

“Vejo ser necessário mais contato com a família para conhecer as características do aluno para lidar melhor, principalmente em momentos de crises.” MONITOR C

“Mais cursos que nos orientes em como agir em variadas situações cotidianas.” MONITOR D

“Cursos e capacitações para atender melhor esses alunos.” MONITOR E

- **Acessibilidade da escola**

“A unidade escolar é uma escola ampla com muitos espaços disponíveis para os alunos, porém precisa melhorar o acesso à biblioteca e ao refeitório para se tornar totalmente acessível.” MONITOR A

“De modo geral, a escola é acessível, mas para melhorar deve ser totalmente adaptada para os alunos especiais.” MONITOR B

“Melhorar acessos da biblioteca e refeitório, mesas adequadas para alunos que utilizam cadeira de rodas.” MONITOR C

“A escola possui uma boa acessibilidade, mas faltam pequenos reparos para melhorar.” MONITOR D

“Colocar corrimões nos banheiros seria bom.” MONITOR E

- **Deficiências Distintas**

“Cada aluno possui uma realidade e características diferentes, por isso é realmente difícil em muitos momentos. Ser paciente e flexível é importante para manter uma vivência harmoniosa.” MONITOR A

“Investir em mais cursos de capacitação para todos da escola, é um passo importante para orientar em como agir com as especificidades de cada aluno.” MONITOR B

“Conhecer melhor cada especialidade, com diferentes características, pois alunos com o mesmo laudo pode apresentar características diferentes e assim as metodologias aplicadas em sala precisam ser diferentes.” MONITOR C

“Com certeza a adaptação curricular, pois muitos alunos têm dificuldade em acompanhar o currículo regular, sendo necessário várias atividades propostas em uma mesma sala para atender a todos.” MONITOR D

“Cada um possui seu tempo e forma de aprender, realizar a adaptação nos trabalhos propostos de modo a atender as necessidades de cada um requer muito planejamento e trabalho.” MONITOR E

- **Políticas Públicas**

“Ofertar uma demanda maior de cursos de capacitação; melhor adequação do espaço físico.” MONITOR A

“Contratação de uma psicóloga e psicopedagoga somente para a escola, por haver uma demanda maior de alunos especiais.” MONITOR B

“Implementar diretrizes curriculares para a educação especial.” MONITOR C

“Construção do plano de ação para a rede municipal de ensino.” MONITOR D

“Conhecer as necessidades de cada aluno e proporcionar um trabalho efetivo.” MONITOR E

- **Família**

“Todos os alunos convivem muito com os alunos com deficiência, e isso é um indício de que são bem orientados na escola e pelos seus responsáveis.” MONITOR A

“Há muito carinho para com os alunos especiais na escola, tanto por parte da equipe como por parte dos educandos. Não acredito que haja algum tipo de motivação das famílias para que ocorra de modo contrário.” MONITOR B

“Nunca presenciei nenhuma situação de preconceito por parte das demais famílias.” MONITOR C

“As famílias atuam em conjunto com a escola para proporcionar uma interação harmoniosa entre todos os alunos.” MONITOR D

“Não percebi nenhum tipo de preconceito dos familiares.” MONITOR E

- **Relevância do PPP**

“Treinamentos, cursos, suporte profissional.” MONITOR A

“Metas que aproximem mais as famílias de todos os alunos com as ações realizadas na escola.” MONITOR B

“Propor metas que contemplem melhorias na acessibilidade.” MONITOR C

“Sempre incluir os alunos especiais em culminâncias e projetos realizados na escola.” MONITOR D

“É fundamental que a família e a comunidade estejam mais presentes na escola.” MONITOR E

- **Sala de Recursos Multifuncionais**

“É um espaço adequado para atividades lúdicas.” MONITOR A

“A sala de recursos multifuncionais tem um impacto significativo nos resultados da aprendizagem dos alunos com deficiência.” MONITOR B

“A importância das salas de recursos na educação desses alunos é indiscutível, pois esse espaço fornece acesso a uma variedade de recursos didáticos adaptados.” MONITOR C

“Facilita a aprendizagem por ser um espaço com recursos pedagógicos especiais.” MONITOR D

“A sala multifuncional melhora o aprendizado e fornece aos alunos acesso a recursos de aprendizagem, o que pode aprimorar suas experiências motoras e cognitivas.”
MONITOR E

- **Gestão Participativa**

“A gestão escolar tem o dever de tomar iniciativas, inclusive de cunho administrativo, para a implantação de projetos de educação inclusiva.” MONITOR A

“A gestão da escola propicia a participação das pessoas em todos os aspectos da gestão, empregando o envolvimento de todas as partes interessadas relevantes da escola no processo de tomada de decisão.” MONITOR B

“Com a gestão escolar participativa, as partes interessadas desenvolvem uma apreciação real da democracia.” MONITOR C

“A equipe gestora dessa escola consegue promover uma gestão democrática, em que os funcionários compartilham significativa de influência nas decisões sobre as demandas da escola.” MONITOR D

“A gestão participativa é uma iniciativa realizada pela gestora da escola para envolver toda a equipe, quando apropriado, na tomada de decisão.” MONITOR E

Respostas do questionário aplicado aos funcionários.

- **Aumento das matrículas**

“Com certeza teve um aumento desses alunos aqui na escola, o que é bom para esses alunos, que antes não terminavam seus estudos, devido suas necessidades.” VICE-DIRETORA

“Esse aumento é um passo significativo em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Continuar investindo em políticas de inclusão e na formação dos profissionais é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“É notório que nos últimos anos teve um aumento considerável de matrícula de alunos com necessidade especiais na nossa escola.” BIBLIOTECÁRIA

“O aumento do número de alunos com necessidades especiais nas escolas é um reflexo positivo das políticas de inclusão e da conscientização sobre a importância de oferecer educação acessível a todos os estudantes.” AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“Observo que nos últimos anos, os alunos com deficiência passaram a frequentar esta escola. O que antes não acontecia.” SERVIÇO DE APOIO

“Sim, teve aumento desses alunos. E ao continuar promovendo uma educação de qualidade para todos, pode-se criar uma sociedade mais justa.” COZINHEIRA

- **Formação Continuada**

“A formação continuada é importante para a educação de alunos com necessidades especiais, mas esses cursos são oferecidos com maior frequência somente para monitores e professores.” VICE-DIRETORA

“A equipe gestora e a secretaria municipal de educação promoveram alguns cursos sobre educação inclusiva ao longo do ano, porém somente um foi ofertado para toda a equipe.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“Geralmente esses cursos ocorrem mais voltados para professores e monitores.” BIBLIOTECÁRIA

“Os cursos de formação continuada ajudariam em como lidar com as necessidades especiais de cada aluno.” AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“Para atender melhor esses alunos, precisamos ter de mais formações.” SERVIÇO DE APOIO

“Para nós merendeiras, os cursos é uma forma de adequar a alimentação desses alunos.” COZINHEIRA

- **Entraves enfrentados na prática da educação inclusiva**

“Falta de tecnologias assistivas e mais recursos didáticos adaptados para esse público.” VICE-DIRETORA

“Há várias dificuldades, sendo a maior como a falta de qualificação adequada para lidar com especificidades distintas.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“Acho ser necessário ministrar mais cursos para todos nós, funcionários da escola, não somente para os professores e monitores, para agirmos melhor em prol desses alunos.” BIBLIOTECÁRIA

“Ter carinho e empatia é o primeiro passo, quando não há, tudo se torna mais difícil.” AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“A estrutura física representa um dos obstáculos e a falta de mais preparo dos funcionários para auxiliar melhor esses alunos.” SERVIÇO DE APOIO

- **Acessibilidade da escola**

“A escola possui uma boa structure física. É uma escola ampla, arejada, com salas de aula e banheiros adaptados, falta adaptação para acesso à biblioteca e ao refeitório.” VICE-DIRETORA

“Esta instituição de ensino pode ser considerada de modo geral acessível, porém precisa de algumas melhorias, tais como corrimões, algumas sinalizações, e rampas de acesso ao refeitório e biblioteca.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“Falta corrigir o acesso para a biblioteca e para o refeitório. Nas demais repartições da escola, todos os alunos podem ter acesso.” BIBLIOTECÁRIA

“Penso que nossa escola é acessível para todos os alunos. Os banheiros foram adaptados há poucos anos, as salas e corredores são bem amplos.” AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“De modo geral, essa escola pode ser considerada acessível esses alunos.” SERVIÇO DE APOIO

“Essa escola é grande, com acesso tranquilo para todos, mas precisa de uma rampa para o refeitório.” COZINHEIRA

- **Deficiências Distintas**

“Adaptação no currículo regular para que esses alunos aprendam tanto como o restante dos alunos.” VICE-DIRETORA

“Ter mais cursos para todos os funcionários, adaptação do currículo regular e conhecimento mais aprofundado das especialidades existentes; adaptações curriculares específicas.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“Para os docentes acredito que seja mais difícil. Cada aluno possui suas particularidades, e preparar a aula de modo a atender as necessidades de cada um, não deve ser fácil mesmo.” BIBLIOTECÁRIA

“Recebê-los com gestos de carinho e tentando atender as suas diferenças em cada setor da escola” AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“Penso que usar linguagem simples e gestos que esses alunos entendam, e tratá-los com a atenção que cada uma precisa já é um apoio que nós podemos dar.” SERVIÇO DE APOIO

“São diferentes as características de cada aluno. A gente tenta recebê-los da melhor maneira possível.” COZINHEIRA

- **Políticas Públicas**

“Trabalhar em conjunto, possuir um plano de ação, ampliar a equipe multidisciplinar e desenvolvimento de ações.” VICE-DIRETORA

“Ampliar a Equipe Multidisciplinar: psicóloga, psicopedagoga, assistente social; Promover Projetos de interação e conscientização; aumentar material SRM.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“Busca ativa na cidade para aqueles alunos especiais que estão fora das escolas.” BIBLIOTECÁRIA

“Adequação do espaço físico de todas as escolas e preparação da equipe da educação para atender melhor esse público.” AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“Realizar campanhas sobre a inclusão.” SERVIÇO DE APOIO

“Realizar mais cursos para todos nós, funcionários que trabalhamos na educação.” COZINHEIRA

- **Família**

“Com a base familiar forte e acolhedora, o discente pode desenvolver melhor seus sentimentos e laços afetivos, tendo relações mais saudáveis com as pessoas que o rodeiam e estando mais aberto a respeitar com empatia as características distintas de cada colega.” VICE-DIRETORA

“A família possui um papel importante na vida do aluno e a escola também. Então é de suma importância explicar que os alunos com deficiência não vão atrasar ou comprometer o rendimento escolar.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“A família deve ensinar aos seus filhos que todas as pessoas possuem diferenças e que isso não atrapalha em nada o seu rendimento escolar.” BIBLIOTECÁRIA

“De maneira clara, não presenciamos nenhum tipo de preconceito por parte das famílias.” AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“A relação entre família e escola é harmoniosa, pois todos os funcionários respeitam e acolhem os alunos com necessidades especiais. Os demais alunos também os tratam muito bem. Penso que é um ensinamento da escola, mas também dos familiares.” SERVIÇO DE APOIO

“Ensinar aos alunos sem necessidades especiais a respeitarem as diferenças é muito importante e os pais devem fazer esse papel.” COZINHEIRA

- **Relevância do PPP**

“Ofertar cursos e palestras sobre o processo de inclusão no processo de aprendizagem; adaptação curricular que contemple todas as especificidades; acessibilidade totalmente adequada; maior interação família/escola.” VICE-DIRETORA

“Garantir acesso à Tecnologia Assistivas; campanhas e palestras sobre a temática; melhor adequação do espaço físico; capacitação dos profissionais da educação.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“Cursos bimestralmente para funcionários, professores e monitores com atualidades sobre educação inclusiva.” BIBLIOTECÁRIA

“O PPP é documento que orienta as ações no âmbito escolar e que nele estão presentes seus princípios e filosofia, além de metas e projetos previstos para a escola, para isso toda comunidade deve estar envolvida e, no âmbito da inclusão estar preparado para essa diversidade de alunos é extremamente importante.” AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“Deve elaborar as metas junto com a rede de ensino.” SERVIÇO DE APOIO

“Realizar campanhas para sensibilizar a comunidade sobre a importância da inclusão escolar e social.” COZINHEIRA

- **Sala de Recursos Multifuncionais**

“A Sala de Recursos Multifuncionais vem para auxiliar o trabalho do professor de sala de aula e para ajudar os educandos com deficiência a chegar em uma aprendizagem significativa de acordo com cada especificidade.” VICE-DIRETORA

“É um ambiente que favorece a interação com outros alunos com necessidades educacionais especiais, oferta mais condições que favorecem a aprendizagem intelectual e motora.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“Os equipamentos e recursos dessa sala facilita a aprendizagem por serem adaptados já para atender esse público.” BIBLIOTECÁRIA

“As salas multifuncionais melhora muito o aprendizado dos alunos com deficiência”
AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“Vejo que a sala de recursos multifuncionais ajuda muito os alunos a desenvolverem e aprenderem mais.” SERVIÇO DE APOIO

“É um espaço recreativo onde eles gostam de ficar e aprendem melhor.”
COZINHEIRA

- **Gestão Participativa**

“A gestão democrática pode fornecer subsídios essenciais para a prática inclusiva no ambiente escolar, promovendo a colaboração, o envolvimento da comunidade escolar e o desenvolvimento de uma cultura de respeito e inclusão.” VICE-DIRETORA

“A gestão participativa diminui o foco na hierarquia e no poder dos cargos e com isso, a troca de informações entre os profissionais é mais fluída, facilitando a integração entre os funcionários.” COORDENADORA PEDAGÓGICA

“A gestão participativa valoriza a colaboração de todos os profissionais nas decisões da escola.” BIBLIOTECÁRIA

“A gestão participativa tem como principal característica envolver todos os colaboradores nas decisões importantes da escola.” AUXILIAR ADMINISTRATIVO

“É uma maneira de todos se sentirem importantes enquanto funcionários da escola, pois temos voz nas reuniões para tomar decisões importantes.” SERVIÇO DE APOIO

“Na gestão participativa, toda a escola ocupa uma posição importante nas ações que acontecem na escola.” COZINHEIRA

A partir da análise dos questionários aplicados (Apêndice A e B), iniciou-se o trabalho de apreciação dos instrumentos. Foi possível observar que os oito docentes respondentes têm como perfil um grupo uma faixa etária diversificada, entre 24 e 52 anos, mas com significativa experiência no magistério e todos estão ministrando aulas conforme curso área da especialização cursada por cada um desses profissionais. Os seis representantes de funcionários são, em sua maioria, efetivados através de concurso público, atuando há mais de dez anos na rede educacional de ensino.

Já os cinco monitores, profissionais fundamentais para a efetivação do processo de inclusão na escola, em sua maioria, possui pouco tempo de trabalho no referido cargo, não possuindo uma formação específica adequada para exercer o mesmo.

A primeira questão do instrumento utilizado para coleta de dados para esta dissertação está relacionada a matrícula, se houve ou não ao longo dos anos, aumento no número de matriculados nesta unidade escolar de alunos com deficiência após avanços na legislação em prol das pessoas com deficiências e transtornos. Tanto professores, como monitores e

funcionários, em sua totalidade, apontaram em suas respostas que não havia histórico de alunos com laudo frequentando essa Instituição antes do ano de 2021.

A segunda pergunta do questionário aborda sobre a relevância da formação para trabalhar com alunos com deficiência, onde todos os respondentes, sem exceção, salientaram que a prática da inclusão traz inúmeros desafios e que é de extrema importância o investimento em formação continuada e cursos preparatórios abordando a temática para nortear e facilitar o processo de ensino-aprendizagem de modo mais equitativo no cotidiano escolar. Os docentes relataram que realizam cursos na modalidade on-line ofertados pelo MEC para professores de escolas públicas. Expuseram também, que a Secretaria Municipal de Educação e a Unidade Escolar promovem encontros e formações presenciais no decorrer de cada ano letivo abordando temáticas mais emergentes ao momento, mas ressaltaram que esses encontros deveriam acontecer mais vezes e abranger toda a equipe escolar.

O terceiro questionamento abordava os entraves enfrentados na prática da educação inclusiva: principais dificuldades encontradas como docente/monitor/funcionários, para trabalhar com esse público-alvo.

Por meio das respostas obtidas, identificou-se que o maior entrave se encontra em lidar com as diferentes especificidades, tanto por parte dos docentes quanto por monitores e demais funcionários, por falta da preparação adequada para esse fim. Os professores descreveram que frente a grande demanda de trabalho que já possuem, torna-se difícil realizar as adaptações curriculares e metodologias de ensino diferenciadas que possam facilitar a aprendizagem de todos os alunos levando em consideração os diferentes níveis de aprendizagem.

Sobre a acessibilidade, questionou-se se há adequação da estrutura física da escola para receber todos os alunos com deficiência. Relataram que o espaço físico embora precise melhorar, visto que uma melhoria é sempre positiva; no que se remete à locomoção foi caracterizada de razoável; alguns acessos para alguém com deficiência locomotora ainda são inadequados, como o refeitório e a biblioteca. Apontaram a necessidade de colocar corrimões, instalar pisos ou carpetes antiderrapantes, sinalizar alguns pontos da escola.

A quinta questão tem como foco as dificuldades para trabalhar com os alunos da Unidade Escolar com deficiência com características distintas. Os docentes responderam que mesmo alunos com a mesma especificidade, com o mesmo CID, apresentam comportamentos e especificidades distintas. Para lidar da melhor maneira com cada um é necessário conhecê-los melhor em relação ao processo de aprendizagem como: gatilhos para possíveis crises, as dificuldades para a interação com os colegas etc. Salientaram que a construção do PEI, para

cada aluno, facilitou o processo de aprendizagem, visto que esse documento aponta características de cada educando, possibilitando conhecer e valorizar as especificidades dos alunos com distintas especialidades.

Os dados da pesquisa permitiram também explicitar questões sobre Políticas Públicas: ações a serem desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação para facilitar o processo de inclusão, no âmbito escolar.

Os participantes descreveram atuações que consideram importantes a serem realizadas pela Rede Municipal de Ensino, tais como: ampliação de materiais pedagógicos acessíveis que facilitem a aprendizagem desse público; Atualização no regimento escolar de modo a contemplar os alunos com necessidades educacionais especiais; Cursos e treinamentos dos professores e profissionais da educação; Apoio psicopedagógico; Monitoramento e avaliação; Uso de tecnologias assistivas; Desenvolvimento de projetos e programas que promovam a melhorar qualidade da educação inclusiva; Melhorias na sala de recursos multifuncional; Trabalho em conjunto, com as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares municipais.

Dessa maneira, todas as práticas educacionais são necessárias para organizar o processo de efetivação da política educacional inclusiva. Para que se alcance a esta premissa, é conciso que toda unidade escolar adote o compromisso de respeitar a todos em suas especificidades, o que promoção um corpo docente com noções adequados e acessível às mudanças que se expõem em nosso panorama educacional contemporâneo. Tudo isso implica aderir a currículos flexíveis, distinguir a deficiência dos educandos e realizar ações visando a heterogeneidade desse público.

Conforme Schneider:

[...] a política de inclusão dos alunos na rede regular de ensino que apresentam necessidades educacionais especiais, não consiste somente na permanência física desses alunos, mas no propósito de rever concepções e paradigmas, respeitando e valorizando a diversidade desses alunos, exigindo assim que a escola defina a sua responsabilidade criando espaços inclusivos. Dessa forma, a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou adapta à escola, mas a escola consciente de sua função, que se coloca à disposição do aluno (SCHNEIDER, 2003, s/p).

Assim, ao considerar a conjuntura que abrange a Educação Inclusiva e o que está associado a ela, como a diminuição de obstáculos e à realização de adaptações possíveis que consintam que todos os estudantes interajam e tenha avanço em seu trajeto escolar. Na Instituição de Ensino onde foi realizada a pesquisa, percebe-se, a partir da observação *in loco*, que ela vem modificando as metodologias pedagógicas no sentido de proporcionar atendimento

a todos sem distinção, o que significa garantir que o papel social da instituição de ensino com relação ao acesso da aprendizagem seja ofertado a todos, independente de suas limitações.

A maioria considera que a relação entre família e escola deve ser de maneira empática, visto que a educação é para todos. A participação ativa da família no processo educacional é fundamental. As famílias e educandos têm uma convivência harmoniosa, respeitam e acolhem os discentes com deficiência sem impor barreiras. Se há algum tipo de entrave ou preconceito não foi explícito em nenhuma situação no âmbito escolar.

Dando seguimento, tratou-se sobre PPP, metas a serem incluídas nesse documento em benefício dos alunos com deficiência.

Os respondentes da pesquisa propuseram algumas metas que devem ser incluídas no PPP da escola, tais como: Proporcionar atendimento com equipe multidisciplinar; Contratar, através da Secretaria Municipal de Educação, uma psicóloga exclusiva para atender nesta unidade de ensino; Ampliar os jogos e materiais da sala de recursos multifuncionais; Melhorar a estrutura física, adaptando ao acesso à biblioteca e refeitório; Monitorar os objetivos elencados no PEI dos educandos, de modo a obter ações cotidianas para alcançá-los; Acompanhar o progresso na aprendizagem de cada estudante, ajustando estratégias que respeitem suas características e individualidades; Incluir metas específicas como a formação dos professores.

O questionário abordou também a contribuição da implantação da Sala de Recursos Multifuncionais no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência.

Tanto docentes, como monitores e funcionários, expuseram que a implementação da SRM na escola teve um impacto significativo e positivo no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, com oferta de atendimento educacional personalizado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos especiais.

As ações educacionais realizadas ora na sala de aula regular, ora na SRM são projetadas de modo que tanto o docente quanto monitor interaja e alcance através de jogos, dinâmicas, atividades com recursos e materiais adaptados o que é essencial ao estudante com deficiência.

A última questão trouxe como bojo quais subsídios da gestão participativa (decisões em conjunto) para a prática inclusiva no ambiente escolar desta Instituição de Ensino são relevantes.

Os pesquisados responderam que a gestão democrática e participativa no contexto educacional emerge como um componente essencial para promover a inclusão escolar de alunos com deficiência. Em uma gestão democrática e participativa, a liderança assume um papel

facilitador, estimulando o diálogo, a troca de ideias e a construção de consensos. Narraram que as tomadas de decisões na referida escola são realizadas em conjunto, sempre levando em consideração a opinião dos docentes e funcionários, o que proporciona um ambiente saudável e respeitoso entre a equipe.

Segundo Polon (2009, p. 93) um dos princípios norteadores de quase todos os estudos sobre escolas eficazes contemporâneos é “[...] o compartilhamento de responsabilidades de liderança com outros membros da equipe gestora e o envolvimento mais geral dos professores no processo de tomada de decisão”. A autora ainda afirma a presença de três perfis de liderança: o relacional, o organizacional e o pedagógico, sendo evidente a presença da interlocução entre os três perfis que se representam na pessoa da gestora da escola.

O perfil organizacional trata das questões burocráticas e administrativas, o pedagógico das demandas pedagógicas e o relacional é o articulador, que promove contato direto com a comunidade escolar e estima essa interação social.

Ponderando as características apoiadas pela autora e o seu impulso no processo de ensino-aprendizagem foi plausível entender que tanto a equipe gestora quanto a equipe pedagógica procuram equilibrá-los para o apropriado desenvolvimento das práticas educacionais.

Para Polon (2009):

[...] essa categorização, tipos e/ou estilos nos ajuda a ‘enxergar’ a forma como os gestores atuam no seu dia a dia no ambiente escolar e como esse ‘olhar’ pode redimensionar as práticas dos gestores de forma a abrir espaços e/ou criar perspectivas para correção de rumo e melhorias na gestão escolar (POLON, 2009, p. 100).

Por conseguinte, é possível, concluir que o elemento tempo de serviço dos profissionais atuantes nesta instituição de ensino tem cooperado para a concretização das ações estabelecidas na unidade.

Na medida em que as políticas foram sendo difundidas na sociedade, coube à gestora da escola intermediar a sensibilização dos membros da equipe quanto à precisão de constituí-las, mesmo com resistência de alguns membros, em prol de uma educação numa perspectiva inclusiva.

6.4 Reflexões a partir da aplicação de questionário com representantes de pais/responsáveis de alunos com deficiência

A interação com as famílias dos alunos com deficiência da escola iniciou-se a partir de um encontro em que a pesquisadora explanou sobre a finalidade do seu trabalho, como seria realizado, pontuando sobre reflexões sobre o tema e verificando a disponibilidade de pais/responsáveis em participarem enquanto sujeitos da pesquisa, cinco de nove pais que compareceram, concordaram em participar, porém um destes não apareceu nos demais encontros.

A segunda etapa foi o momento das rodas de conversas, que foram divididas em dois encontros, discutindo pontos relevantes sobre como acontece o processo de educação inclusiva nessa unidade escolar sob o ponto de vista dos pais. As inferências realizadas foram devidamente anotadas pela pesquisadora em seu caderno de campo.

Já na terceira fase, foi realizada com aplicação de um questionário semiestruturado (Apêndice B). A finalidade dessas questões era identificar a visão dos participantes da pesquisa quanto ao processo de inclusão implementado pela unidade escolar.

A primeira questão da ferramenta utilizada para coleta de informações para esta dissertação está pautada em Acessibilidade: se há adequação da estrutura física na instituição para receber todos os alunos com deficiência. Expuseram, sem exceção, que a escola é grande, espaçosa, possui um ambiente acolhedor, com uma acessibilidade boa para os alunos, porém precisa colocar corrimões, instalar pisos, sinalizar alguns pontos da escola. Disseram também que as salas de aula são bem amplas, os banheiros possuem acesso fácil, mas falta instalar corrimões, além da necessidade de se construir rampas acessíveis para o refeitório e para a biblioteca.

O segundo questionamento foi sobre Políticas Públicas. Solicitando que apontem quais ações acham pertinentes a desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação para facilitar o processo de inclusão no âmbito escolar.

As respostas dos familiares apontam desafios e avanços na inclusão escolar, organizados em cinco categorias principais. Na **Acessibilidade da escola**, destacam-se as necessidades de melhorias na estrutura física, como instalação de rampas, corrimões e pisos adequados. Em **Políticas Públicas**, ressaltam-se ações como capacitação de professores, contratação de monitores e maior envolvimento das famílias. Quanto à **Assistência Familiar**, reconhecem o acolhimento empático da equipe escolar e os esforços para atender às necessidades dos alunos. A categoria **Sala de Recursos Multifuncionais** evidencia a importância desse espaço para o desenvolvimento acadêmico e motor dos estudantes. Por fim, em **Práticas Pedagógicas**, destacam-se iniciativas como acompanhamento individualizado, atendimento psicológico e

projetos que incentivam a inclusão e a empatia. A seguir, apresentam-se as respostas dos entrevistados:

A seguir, apresentam-se as respostas dos entrevistados:

- **Acessibilidade da escola**

Familiar A afirma: "Para os alunos com deficiência física, falta construir rampas mais acessíveis para o refeitório e para a biblioteca."

Familiar B observa que "As salas são bem amplas, os banheiros possuem acesso fácil, mas falta instalar corrimões."

Segundo Familiar C, "A estrutura física atende algumas possíveis dificuldades, precisa colocar corrimões, instalar pisos antiaderentes."

Familiar D acrescenta que é necessário "Melhorar banheiro para deficientes físicos colocando corrimões."

- **Políticas Públicas**

Para Familiar A, "Palestras de conscientização dos familiares que não matriculam os filhos especiais" são necessárias.

Familiar B sugere a "Contratação de monitores com graduação na área."

Familiar C recomenda "Promover mais cursos de capacitação para os professores sobre a adaptação das atividades."

Familiar D destaca a importância de "Ações que motivem mais interação das famílias com a escola."

- **Família**

Familiar A relata que "Todas as sugestões que foram apresentadas pelos familiares em reuniões de pais e mestres, foram na medida do possível, para realidade de uma escola pública, atendidas pela equipe gestora da escola."

Familiar B ressalta que "A equipe escolar acolhe com bastante empatia os nossos filhos especiais."

Familiar C afirma que "A escola tenda, nas condições e com os recursos que possui atender da melhor maneira os nossos filhos."

Familiar D comenta que "Oferecer assistência adequada para pessoas com necessidades especiais é essencial para garantir sua inclusão, autonomia e bem-estar. Aprecio como isso ocorre nessa escola."

- **Sala de Recursos Multifuncionais**

Familiar A destaca que "A sala de recursos multifuncionais com recursos pedagógicos específicos. Percebi um avanço na aprendizagem da minha filha após realizar as atividades e jogos nessa sala."

Familiar B diz que "É um espaço em os alunos especiais se sentem mais confortáveis para aprender, evoluir e superar suas barreiras de forma adequadas às suas condições reais."

Familiar C observa que "Os jogos e materiais dessa sala são importantes para a aprendizagem de nossos filhos."

Familiar D relata que "Houve um melhor desenvolvimento motor em meu filho após ter contato com os recursos disponibilizados na sala de recursos, além do atendimento com a psicopedagoga."

- **Práticas Pedagógicas**

Familiar A aponta que há "Contratação monitores para auxiliar cada aluno individualmente; excelente acolhimento pela equipe de funcionários."

Familiar B comenta a "Montagem da sala de recursos com atividade e materiais adaptados para os alunos."

Familiar C destaca o "Atendimento psicológico e psicopedagogo."

Familiar D enfatiza a "Parceria com as famílias, convidando para participar de tomada de decisões sobre a escola; projetos que incentivam a inclusão e empatia no ambiente da escola."

Os familiares propuseram atuações que consideram importantes a serem realizadas pela Rede Municipal de Ensino, tais como: Palestras de conscientização dos familiares que não matriculam os filhos especiais; Contratação de monitores com graduação na área; mais cursos de formação continuada para os professores e funcionários da instituição; ampliar a equipe Multidisciplinar: psicóloga, psicopedagoga, assistente social.

Ao serem questionados se há assistência adequada da escola para os filhos com deficiência, os pais responderam que sempre pode melhorar, mas que reconhecem que toda a equipe da escola acolhe e incentiva em ações diárias que os demais alunos também estabeleçam um vínculo de carinho e empatia para com os alunos da educação especial.

No que tange à gestão dessa Instituição de Ensino, os educandos são assistidos e acompanhados conforme a viabilidade da escola. Todas as sugestões: propiciar a participação na culminância dos projetos, participar jogos nas aulas de educação física, respeitando suas limitações, monitores chegarem antes dos alunos, observar a seletividade alimentar de alguns alunos especiais na merenda escolar, etc., que foram apresentadas pelos familiares em reuniões de pais e mestres foram, na medida do possível, para realidade de uma escola pública, atendidas pela equipe escolar.

Sobre a Sala de Recursos Multifuncionais, foi questionado se houve contribuições da implantação da SRM no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência. Os pais responderam que sim, a sala é organizada com diferentes equipamentos e materiais adaptados

que favorecem a aprendizagem intelectual e motora dos seus filhos, além de promover, nesse ambiente, desenvolvimento da confiança e autoestima, bem como a interação com outros alunos com especialidades distintas.

Expuseram que foram convidados pela Equipe Gestora a visitarem a SRM e a assinarem o termo autorizando a frequência do filho na mesma; porém, todos relataram, que infelizmente, devido às demandas familiares e/ou de trabalho que possuem, não os levam ao turno oposto ao que estudam, solicitando à escola que permitam o acesso enquanto estão no horário regular, de modo a se ausentarem de algumas aulas para frequentarem a SRM. Contaram que os jogos e atividades realizadas pela professora da referida sala contribui para o avanço intelectual dos seus filhos, e alguns até falaram, que os filhos relatam em casa, o quanto gostam de estarem no ambiente e das atividades que desempenham.

A quinta e última questão trouxe como pauta as ações pedagógicas efetivamente realizadas pela escola para o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Os familiares relataram que consideram a contratação de um monitor para auxiliar cada aluno com laudo um grande avanço para a promoção da inclusão no espaço. Assim se sentem mais seguros em trazerem seus filhos à escola. O atendimento com a psicóloga e com a psicopedagoga também foi um fator primordial; contudo salientaram que somente um profissional da área para atender a todas as escolas, é insuficiente.

A implementação da SRM foi um elemento elogiado pelos pais, que percebem a felicidade dos filhos em frequentar esse ambiente, pela promoção de atividades lúdicas, dinâmicas e materiais adaptados para uso deles. Narraram sobre como percebem a preocupação da equipe escolar com a quebra de preconceitos, promovendo sempre projetos que propiciam a participação e interação dos alunos especiais, palestras, cartazes, painéis pela escola incentivando o convívio e a equidade. Contaram que ficam muito felizes em ver como os demais alunos os tratam com bastante empatia, sempre fazendo questão de que eles, mesmo com as limitações que possuem, participem dos jogos, das dinâmicas e brincadeiras. Eles assimilam que essas ações dos coleguinhas são motivadas por seus familiares em casa e pela equipe escolar.

Expuseram que veem nos professores o esforço em realizar a adaptação curricular nas atividades e exercícios, e que é de suma importância para o processo de inclusão na aprendizagem desse público. Pontuaram também que mantêm um contato muito cordial com a Equipe Gestora da escola, que sempre atende algumas sugestões: são prontamente atendidos e

que se sentiram importantes ao participarem da elaboração do PPP, onde suas indicações para ações a serem realizadas, ao longo do ano letivo na escola, foram valorizadas.

Diante do exposto, percebeu-se tanto durante a pesquisa de campo, da observação e rodas de conversar, quanto no momento da análise dos questionários aplicados, que os familiares confiam no trabalho de toda a equipe da unidade escolar, que reconhecem uma preocupação da escola na efetivação de sustentar de fato de uma política de educação inclusiva que respeite e valorize as diferenças.

A próxima seção deste capítulo apresentará um plano de ação como proposta para o aprimoramento na efetivação das políticas públicas de inclusão na unidade escolar em que a pesquisa foi realizada.

7. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA APRIMORAR UMA EFETIVA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Diante do contexto educacional atual é possível perceber que a Rede Educacional de Ensino em um município do extremo sul baiano tem procurado se reestruturar frente aos desafios para se efetivar as políticas de inclusão segundo os dispositivos legais vigentes no nosso país. Essa ação demanda inúmeras adaptações e reestruturações quanto à infraestrutura, curriculares, recursos pedagógicos e, principalmente, a formação dos profissionais atuantes na educação.

É fato que nos últimos anos vem crescendo o número de matrículas de alunos com deficiência para cursarem a modalidade de ensino fundamental nos anos finais.

Esse crescimento nos faz refletir que, para além do provimento de recursos humanos e didáticos, coloca-se em pauta a precisão da formação inicial e continuada dos educadores e demais profissionais da educação para trabalharem de maneira satisfatória numa perspectiva de promoção à educação para a diversidade, como fator propulsor à cultura da paz, equidade, cidadania e respeito à dignidade humana.

A partir dessa análise, é preciso enfatizar que a unidade escolar precisa sempre zelar para que além do acesso sejam ofertadas acima de tudo, oportunidades autênticas de aprendizagem para todos os educandos.

Conforme o Relatório Mundial sobre a Deficiência (BRASIL, 2011), a definição mais exata de inclusão é que todos os estudantes que possuem alguma necessidade especial precisam estudar em classes regulares de ensino, com colegas da própria idade, pois, para os demais alunos, a interação com a diferença pode adicionar a familiaridade e diminuir o preconceito no ambiente escolar e, portanto, na sociedade.

Para Sasaki (2014) o desafio da inclusão incide em lecionar para todos, na mesma sala de aula, tendo em vista que todos os estudantes são heterogêneos. Nesse sentido, o autor assegura que o desígnio da inclusão é seu acesso de fato, possibilitando que todos os educandos tenham oportunidades de aprenderem no espaço regular, mas cada um por meio das suas peculiaridades no processo de aprendizagem.

Dessa maneira, ao analisar a conjuntura que abrange a Educação Inclusiva e o que está atrelado a ela, com relação à identificação e diminuição de obstáculos, na Instituição de Ensino onde foi realizado este trabalho, percebe-se, através da observação *in loco*, que vem modificando seu fazer pedagógico com a finalidade de proporcionar atendimento a todos os

alunos sem distinção, o que implica avaliar que a função social da escola, com relação ao acesso da aprendizagem, seja ofertada a todos, independentemente de suas especificidades.

Para Almeida (2013) considerar uma escola inclusiva de referência demanda que ela seja aberta à heterogeneidade.

[...] há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor. Professores, coordenação, direção e secretaria, devem assumir o compromisso por uma educação subsidiada por um trabalho constante de construção e reconstrução partindo da realidade educacional de maneira que constitua uma escola que inclua independente de paradigmas (BELISÁRIO, 2005 *apud* ALMEIDA, 2013, s/p).

Dessa forma, a trajetória da escola com 60 anos de existência, apresenta um diferencial no que se refere ao atendimento educacional dos alunos com deficiências no ensino regular. Entretanto, não podemos considerar que o processo de implementação das políticas públicas de inclusão ocorreu sem grandes dificuldades.

Ainda, vale destacar que, além de exibir atuações que corroborem para efetivação no que remete aos métodos educacionais, os documentos normativos da unidade estão em consonância com os pressupostos legais que normatizam a temática.

Com o intento de instigar o modo em que as políticas públicas de inclusão foram e são praticadas na unidade escolar, foi considerado que, a partir da observação *in loco*, das respostas no questionário semiestruturado, análise documental e rodas de conversas, permitiria análise do escopo do estudo.

A proposta de intervenção, ora apresentada, configura-se em uma ação coletiva, levando-se em estimo o planejamento educacional da escola, proveniente da apreciação dirigida por meio da pesquisa de campo e a luz dos estudos teóricos.

Assim, o PAE, sugerido nesta dissertação, tem como desígnio indicar propostas para o aprimoramento da política de inclusão praticada no âmbito escolar. Além disso, sua apresentação à Secretaria Municipal de Educação tem o intento de gerar o diálogo e meditação quanto aos aprimoramentos que precisam ser concretizados nas políticas públicas em âmbito municipal.

Para a preparação do plano de ação educacional buscou-se conferir as dimensões que envolvem a lógica do trabalho realizado na instituição, com as orientações contidas no documento “Indicadores da Qualidade na Educação”, produzido pela produzido pela Organização não Governamental (ONG) Ação Educativa em parceria com a *United Nations Children's Fund*, que significa Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC). Os elementos aqui apresentados constituem-se como indicadores para o aprimoramento das políticas públicas de educação inclusiva na escola.

Ter acesso aos laudos dos educandos é um fator muito importante, pois possibilita à equipe escolar nortear ações estratégicas no Plano de Ação que respeite as limitações e individualidades de cada um, bem como proporcionar as adaptações curriculares que favoreçam o seu desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas e sociais.

O laudo médico ou psicológico dos alunos com deficiência é fundamental para nortear as ações na escola, pois fornece informações importantes sobre as necessidades específicas do aluno e apresenta suas especificidades, como adaptações curriculares ou apoio adicional, o que nos ajuda a entender suas necessidades particulares.

É interessante destacar que cada aluno possui um plano de atendimento característico que identifica suas necessidades específicas, define os recursos e as atividades que serão desenvolvidas. As atividades serão arquivadas em portfólio individual e apresentadas aos pais a cada final de trimestre. Cada novo aluno com necessidade especial que a escola receber, o seu PEI e PA deverá ser elaborado.

De tal modo, o que se aspira com este plano de ação é constituir estratégias que viabilizem o aprimoramento da prática das políticas públicas de inclusão de estudantes especificidades trazendo como referência a sua operacionalização na escola, uma vez que, anseia-se, que a experiência destacada nesta dissertação, possa colaborar para plausíveis mediações junto à Secretaria Municipal de Educação acerca da educação na perspectiva inclusiva.

As propostas de aprimoramento contidas no PA exposto à unidade escolar têm como finalidade aperfeiçoar as ações educacionais já desenvolvidas de maneira que possa impactar de modo expressivo no projeto de ações futuras. O monitoramento das ações a serem realizadas no PA fica sob responsabilidade da Equipe Gestora e Corpo Docente, na busca de garantias da efetivação das mesmas no decorrer do ano letivo.

Segundo assinala Almeida (2013) a escola que trabalha, do ponto de vista inclusivo, é aquela que abriga todos sem estruturas de seleção ou discriminação, avaliando o ingresso e a permanência do aluno através da educação equitativa, sendo esse o papel de todas as escolas.

A partir dos relatos da equipe escolar e representantes de pais durante a pesquisa de campo desta pesquisa, foram pontuadas pela pesquisadora a necessidade da elaboração de Plano

de Ação contendo sugestões de ações a serem desenvolvidas no âmbito escolar consideradas relevantes pelos sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, o Quadro 3 sintetiza essas ações trazendo como referência as dimensões educacionais a serem melhoradas: Espaço Educativo, Interação Familiar, Prática Pedagógica, Transporte Escolar, Recursos Pedagógicos e Tecnológicos, Capacitação contínua dos profissionais da educação e Promoção de Parcerias a partir da pesquisa analisada.

Quadro 3 - Plano de Ação Educacional (PAE) - Propostas de intervenção para o aprimoramento das políticas públicas de educação inclusiva realizadas na escola.

DIMENSÃO	AÇÃO	OBJETIVO	PERÍODO	RESPONSÁVEL
Espaço Educativo	Interação e respeito às diferenças	Expandir a sensibilização da comunidade escolar em relação à interação e o respeito às diferenças.	1º. Semestre 2025	Equipe Gestora
Interação Familiar	Campanhas informativas rodas de conversas, seminários.	Propiciar à comunidade, informações sobre a legislação brasileira que normatiza educação inclusiva.	Ao longo do ano letivo	Secretaria Municipal de Educação
Prática Pedagógica	Atuação Docente	Possibilitar diversas experiências que induzam à reflexão sobre a identidade e características de cada educando, seja ele especial ou não.	1º. Semestre 2025	Docentes
Prática Pedagógica	Atuação Pedagógica	Oportunizar momentos de planejamento e diálogo entre a coordenação pedagógica, docentes e o profissional que atua na Sala de Recursos Multifuncionais para avaliação pedagógica das atividades desenvolvidas tanto na sala de aula quanto na SRM.	Mensalmente	Equipe Gestora e Pedagógica
Prática Pedagógica	Processo de ensino aprendizagem	Possibilitar o acesso a materiais didáticos distintos que promovam acessibilidade pedagógica, e, conseqüentemente, a equidade na aprendizagem.	2º. Semestre 2025	Conselho do Caixa Escolar
Transporte Escolar	Transporte Acessível	Garantir a locomoção que assegure o deslocamento necessário à realização das atividades escolares.	Ao longo do ano letivo.	Secretaria Municipal de Educação

Recursos pedagógicos e tecnológicos	Compra de Recursos pedagógicos/ Tecnológicos	Propiciar o acesso a recursos pedagógicos e tecnológicos (tecnologia assistiva).	2º. Semestre 2025	Conselho Caixa Escolar/ Secretaria Municipal de Educação
Recursos pedagógicos	Reformulação do Projeto Político Pedagógico – PPP	Garantir que o Projeto Político Pedagógico e a Proposta Curricular das escolas contemplem os princípios da educação inclusiva.	1º Semestre 2025.	Secretaria Municipal de Educação
Formação Continuada	Cursos de Formação Continuada	Ofertar cursos de Formação Continuada para os profissionais que atuam com alunos com deficiência.	Trimestral	Secretaria Municipal de Educação
Formação Continuada	Cursos de Formação Continuada	Efetivar fóruns e seminários tendo como tema a Educação Inclusiva e acompanhamento sistemático das ações pedagógicas desenvolvidas por todas as escolas municipais	Ao longo do ano letivo	Secretaria Municipal de Educação
Parcerias	Consultas e exames médicos	Constituir parceria entre as áreas da saúde e assistência social com finalidade de investigar e/ou diagnosticar as necessidades educacionais de alunos não laudados e que apresentam dificuldades intelectuais/ motoras	Ao longo do ano letivo	Equipe Gestora/ Secretaria Municipal de Educação
Parcerias	Atendimento Especializado	Instituir Sala de Atendimento no município de com equipe Multifuncional: fonoaudiólogo, psicólogo, pedagogo, psicopedagogo, neurologista, psiquiatra, fisioterapeuta, oftalmologista, otorrinolaringologista, terapeuta ocupacional, profissionais de educação física e assistente social.	2º semestre 2025.	Secretaria Municipal de Educação/ Secretaria Municipal de Assistência Social/ Secretaria Municipal de Saúde.

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a educação especial passou a unificar a proposta pedagógica da escola regular, gerando o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação.

Assim, todas as atuações planejadas para na referida unidade educacional partem da precisão da elevação de uma educação baseada nas especificidades de cada educando que se encontra inserido no ambiente escolar, com vistas a identificar cada ação através da dimensão estruturada neste plano.

Nesse sentido, a função da Equipe Gestora, tem uma essencial importância e se fundamenta na dimensão da Gestão Escolar Democrática, princípio este que precisa nortear as ações constituídas para corroborar com a formação contínua para todos os profissionais atuantes na escola e ainda para a promoção de uma educação de qualidade e equitativa.

Portanto, um ambiente inclusivo na escola depende de o diretor fortalecer a mentalidade de que a escola é de todas as crianças, proporcionando um modelo para os professores, bem como de incentivar aqueles que buscam práticas educacionais inclusivas (SILVA; LEME, 2009, p. 499).

Com o desígnio de reformular o fazer pedagógico das demais escolas da Rede Municipal de Ensino, as propostas foram instituídas com o intento de mobilizar os demais atores envolvidos na educação de modo que a perspectiva do ensino inclusivo seja praticada na Rede como um todo.

Para Miranda (2003), a efetivação da prática educacional inclusiva não será abonada apenas por normativas que obriguem as escolas regulares a receberem os alunos com deficiência, uma vez que somente a presença física do aluno na turma não é sinal de inclusão. O que configura, de fato, a inclusão é a instituição estar organizada para trabalhar com os educandos, independentemente de suas características.

Desse modo, as ações sugeridas promovem uma reflexão a partir das ações já realizadas pela unidade escolar onde esta pesquisa foi conduzida; sendo assim, ao disseminar a prática educacional às demais escolas do município, espera-se que a educação na perspectiva inclusiva seja gradativamente implementada na rede municipal de ensino.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, por meio deste estudo de caso, analisou a práticas de educação inclusiva no contexto de uma escola pública regular da Rede Municipal de Ensino.

Procurou conjugar ênfases de que as ações desenvolvidas pela equipe escolar nos anos finais do Ensino Fundamental têm colaborado para proporcionar a implementação das políticas de educação inclusiva em uma Unidade Educacional no estado da Bahia.

Os resultados obtidos, neste estudo, consentiram responder aos objetivos inicialmente propostos que mostraram que prática de atuações no âmbito de uma instituição de ensino não é uma função fácil e demanda muita persistência, boa vontade de todos os atores inseridos no processo, além de recursos financeiros e humanos. Esses componentes são essenciais para efetivação de qualquer política pública.

À equipe gestora, no que se refere ao ativo exercício de seu papel, é imprescindível que promova a sustentação do diálogo entre os perfis de desempenho organizacional, relacional e pedagógico para a ampliação de performances que sejam adequadas para atender às necessidades dos estudantes, mediar conflitos e nutrir um clima de cooperação, empatia e responsabilidade, de modo a incentivar as boas ações realizadas no espaço escolar com a eficaz aprendizagem de todos os educandos.

Nessa lógica, o estudo de caso da referida escola nos retratou que as atuações pautadas à metodologia pedagógica entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, à reformulação do fazer pedagógico, o direcionamento da equipe gestora na tomada de decisões e à concretização de parcerias em prol de um ensino de qualidade se instituíram pilares que podem ser apreciados como o seu diferencial, uma vez que, essa metodologia apresenta como princípio básico a garantia do direito à aprendizagem e a continuidade da trajetória escolar de todos os estudantes e promove sucesso na instituição.

Deste modo, para gerarmos uma inclusão efetiva é conciso que a mesma tarefa seja ofertada a todos os alunos; contudo, é indispensável que o docente com a sua sensibilidade e visibilidade pedagógica altere o planejamento, os objetivos e as práticas diárias conforme as necessidades e condições de aprendizagem de cada aluno. Assim, a experiência da referida escola corrobora com a visão de educação na perspectiva inclusiva, pois, no seu cotidiano, permite que todos os educandos recebam a mesma atenção na sala de aula e que todos os atores inseridos neste processo tenham a disponibilidade necessária para promover verdadeiramente o direito de todos à aprendizagem.

As atuações realizadas expuseram a precisão de aperfeiçoamento de algumas estratégias que não anulam o trabalho já atingido pelos profissionais dessa unidade. Em nível municipal, essas atuações estabelecem indicadores para fomentar meditações futuras reconsiderando a edificação de uma rede municipal de educação que trabalhe em todas as suas modalidades de ensino numa perspectiva inclusiva.

Posto isto, a possibilidade de findar esta pesquisa materializa um desejo de colaborar para a edificação de caminhos mais dignos para a educação municipal, o que seguramente, passa pela compreensão e problematização das concepções de diferença, desigualdade e heterogeneidade.

Como ponto proeminente, é conciso observar a modificação do fazer pedagógico da equipe pesquisada; cremos que esta transformação foi condição para promover a todos os alunos, sem exceção, circunstâncias mais dignas para acesso, participação e permanência no âmbito escolar e em todas as metodologias e projetos realizados em suas respectivas salas.

Por fim, as políticas públicas direcionadas à inclusão de estudantes que apresentam alguma especificidade na Rede Municipal de Ensino não podem se prender somente na permanência física desses educandos junto aos colegas. É conciso implementar, nas instituições de ensino, o princípio democrático da educação para todos, o que permite o desenvolvimento desses estudantes, o respeito às suas características individuais, pois, só assim, o docente terá condições de repensar seu ponto de vista, padrões e colaborar para a disseminação de uma educação na perspectiva inclusiva e na constituição de uma sociedade mais equitativa, que contemple questões fundamentais para concretizar um bom planejamento que gere a heterogeneidade nas escolas: implementação de políticas públicas, gestão escolar democrática, metodologias pedagógicas adaptadas e inclusão da família no processo educacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. Relatório técnico científico. **O currículo da escola do século XXI – integração das TIC ao currículo:** inovação, conhecimento científico e aprendizagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: CNPq, 2013.
- ALVES F. **Inclusão:** muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.
- ANDRÉ, M. E. D. A. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação?. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador**, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- ARANHA, M.L. A. **História da Educação**, São Paulo – SP, Moderna, 2001.
- BAPTISTA, C. R. Ação Pedagógica e Educação Especial: para além do AEE. *In:* JESUS, D. M. (Org.). **Prática pedagógica na educação especial:** multiplicidade do atendimento educacional especializado. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2011.
- BELISÁRIO, J. **Ensaio pedagógico:** construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP. 2005.
- BERSCH, R. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. *In:* **Ensaio Pedagógico**, Brasília: SEESP/MEC, p. 89-94, 2006.
- BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- BONILLA, M. H. **Escola aprendente:** para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.
- BORGES, J. A. **As TICs e as tecnologias assistivas na educação de pessoas deficientes.** Curitiba/PR, 2005.
- BOWLBY, J. **Formação e Rompimento dos Laços Afetivos.** Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRANDÃO, S. H. A. O atendimento educacional domiciliar ao aluno afastado da escola por motivo de doença. **Anais... X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE.** Curitiba, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4965_3003.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**. Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Brasília, 1994.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União** 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Especial: modalidade de educação escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: **Revista Espaço**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008. Ed. Especial.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório Mundial sobre a Deficiência. Brasília: Organização Mundial da Saúde, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial**, Brasília, DF, 27 out. 2020b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: jun. 2023.

BRASIL. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Relatório Mundial sobre a Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

BRUNHARA, F.; PETEAN, E. B. L. Mães e filhos especiais: reações, sentimentos e explicações à deficiência da criança. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 9, p. 31-40, 1999.

BUSCAGLIA, L. **Os Deficientes e seus Pais**. Trad. Raquel Mendes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

BHERING, E.; DE NEZ, T. B. Envolvimento de pais em creche: possibilidade e dificuldades de parceria. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 63-73, jan./abr. 2002.

BRAY, L. E.; RUSSEL, J. L. The dynamic interaction between institutional pressures and activity: an examination of the implementation of IEPs in secondary inclusive settings. **Educational Evaluation and Policy Analysis**, v. 40, n. 2, p. 243-266, 2018. <https://doi.org/10.3102/0162373718756189>

CAMARGO, A. M. F.; GOMES, R. V. B.; SILVEIRA, S.M. P. Dialogando sobre a política de educação especial na perspectiva inclusiva. In: GOMES, R.V. B. (Org.). **Política de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado**. Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016.

CAMARGO, J.S; TADA, I.N.C. A contratação de cuidadores em Rondônia e a precarização da educação inclusiva. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.31, n.120, p. 1 – 16, 2023.

CARMO, A. A. Inclusão escolar – roupa nova em corpo velho. **Integração**. Brasília: MEC/SEESP, ano 13, n. 23, p. 43-48, 2001.

CARVALHO, E. R. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediações, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - **Câmara de Educação Básica Resolução CNE/CNB**. Brasília: n.2 de 11 de setembro de 2001.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. D. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 17, p. 21-32, 2007.

DIAS, K.M.S. **A Educação Infantil Inclusiva: Práticas Pedagógicas de Professores em Escolas da Semec Belém**. (Dissertação de Mestrado). Belém: Universidade do Estado do Pará, 2019, 141 f.

FREITAS, L. C. de *et al.* Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C R.; GARCIA, M. de F. (Org.). **Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004, p. 61-88.

FRIGOTTO, M. S. **Processo de inclusão escolar de alunos com síndrome de Down no ensino regular**. Caçador: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, 2011.

GALVÃO FILHO, T. A.; DAMASCENO, L. L. Tecnologias Assistivas para Autonomia do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Inclusão**, ano 2, n. 2, p. 25-32, 2006.

GARCIA, R. M. C. A organização curricular na articulação entre serviço especializado e classe comum: um modelo inclusivo? In: KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Org.). **Diálogos**

com a diversidade: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 211-231.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, DE S. R. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação (Santa Maria. Online)**, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102011&view=detalhes>. Acesso em: 23 jun. 2025.

KASSAR, M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, v. 41, p. 61-79, 2011.

LEVY, G. C. T. de M; FACION, J. R. O papel do professor na educação inclusiva. In. FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. Ed. Curitiba: Ibpex, 2009. P. 139-167.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola:** Teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social** - São Paulo: Avecamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A educação especial no Brasil:** da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, v. 25, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MIRANDA, T. G. Interações dialógicas na construção da subjetividade de alunos com necessidades educativas especiais. In: **Anais... XIV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste**. Anais do XIV Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

MONTESSORI, M. **Manual práctico del método Montessori**. Barcelona: Casa Editorial Araluce, 1939.

MORAIS, A. S. S. **A educação inclusiva da rede municipal de Manaus:** desafios e percepções na sala de aula. 2023, 18p.

MORELLI, C. C.; SOUZA, L. A. Relações família e escola e suas implicações no desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2008, São Carlos. **Anais CBEE**. São Carlos: UFSCar, 2008. p. 1-1. Meio magnético.

OLIVEIRA, L. M. P.; LEITE, M. T. M. **Concepções Pedagógicas**. Módulo Pedagógico. Especialização em Saúde da Família – Modalidade a Distância. UNA-SUS UNIFESP, 2011.

PANIAGUA, G. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. *In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais.* Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 330-346.

PANIAGUA, P.; PALACIOS, J. **Educação Infantil – resposta educativa à diversidade.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAULA, J. de. **Inclusão mais que um desafio escolar: um desafio social.** 2. ed. São Paulo: J. de Paula, 2006.

PIAGET, J. **A psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

POLON, T. L. P. **Identificação dos perfis de liderança e características relacionadas à gestão pedagógica eficaz nas escolas participantes do Projeto GERES — Estudo Longitudinal da Geração Escolar 2005 a 2009 – Polo Rio de Janeiro.** 2009. 314 f. Tese (Doutorado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2009.

POLÔNIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, dez. 2005.

RAPOSO, A. C.; LÓPEZ, R. Conceitos de Lazer em portadores de lesão medular. **Revista Digital**, Buenos Aires, n. 49, junho 2002.

SANTOS, A. C. S.; DA SILVA, M. C.; DE SOUZA ALVES, S. Desafios da inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas municipais da cidade de Alfenas-MG. Perspectivas em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, v. 10, n. 22, p. 243-263, 2023.

SASSAKI, R. K. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. Reação: **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. 96, n. 7, p. 10-12, jan./fev. 2014. Disponível em: <https://revistareacao.com.br/wp-content/uploads/2018/05/ED96.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SCHNEIDER, M. B. D. Subsídios para ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo. **Educação Inclusiva**, v. 1, 2003.

SILVA, D. C.; VARANI, A. A relação família e escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. *In: Anais... CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA*, v. 10., 2009, Braga. **Actas do Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia.** Braga: Universidade do Moinho, 2009. p. 1714-1728. Meio digital.

SILVA, A. M.; MENDES, E. G. Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 2, p. 217-234, mai./ago. 2008.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 17, n. 2, pp. 133-141, 2001.

SILVA, C. L. D.; LEME, M. I. D. S.O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, p. 494-511, 2009.

SILVESTRE, C. A. S. C. Roda rítmica e transtorno do espectro autista: movimento, música e poesia no desenvolvimento do aluno com deficiência. **Ensaio sobre Educação**, São Paulo (SP), v. 4, 1 ed., p. 20-26, 2018.

SIQUEIRA, C. F. O. et al. Planos de ensino individualizados na escolarização de alunos com deficiência intelectual. *In: Anais... CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 5., 2012, São Carlos São Carlos: UFSCar, 2012. p. 11671-11686.

SOLFA, G.C. **Processos de acesso, permanência e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na rede municipal de ensino de São Carlos**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOZO, C. M.; HAAS, C.; RODRIGUES, E. A. P. Estatísticas educacionais da educação básica e trajetórias de estudantes com deficiência (Brasil, Rio Grande do Sul, Caxias do Sul). *In: HAAS, Clarissa (org.). Cotidianos de inclusão escolar na educação básica e profissional: a acessibilidade curricular como diretriz da ação pedagógica*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. v. 1, p. 283-293. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/cotidianos-de-inclusao-escolar-na-educacao-basica-e-profissional-a-acessibilidade-curricular-como-diretriz-da-acao-pedagogica/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

TAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TUNES, E. Incluir quem, Por que e Para quê? A dimensão ética da inclusão. Goiânia: **Anais... XII Encontro Regional de Psicopedagogia**, pp. 14-21, 2002.

TRAN, L. M.; PATTON, J. R.; BROHAMMER, M. Preparing educators for developing culturally and linguistically responsive IEPs. **Teacher Education and Special Education**, v. 41, n. 3, p. 229-242, 2018. <https://doi.org/10.1177/0888406418772079>

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. 14. ed. Campinas/SP: Papirus, 2002.

VERDE, E. J. S. R. C., CORRÊA, L. da S., & SANTOS, J. O. L. dos. Atitudes dos professores de Educação Física em relação à inclusão de alunos com deficiência: uma revisão sistemática da literatura. **Educamazônia-Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, v. 24, n. 1, jan-jun, p. 149-178, 2020.

YELL, M. L.; KATSIYANNIS, A.; ENNIS, R. P.; LOSINSKI, M.; CHRISTLE, C. A. Avoiding substantive errors in individualized education program development. **Teaching Exceptional Children**, v. 49, n. 1, p. 31-40, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0040059916662204>. Acesso em: 15 mar. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de questionário aplicado aos docentes, monitores e representantes de funcionários

Como fonte de dados da pesquisa “inclusão educacional: perspectivas e desafios em uma escola pública no extremo sul baiano”, tendo como universo da pesquisa: comunidade escolar de uma escola pública municipal no extremo sul baiano.

Data: ___ / ___ /2024

Nome: _____

Sexo: () M () F

Formação Acadêmica: _____

1. Conhecimento da realidade da escola:

Como docente, você observa se houve ou não ao longo dos anos, aumento na matrícula e frequência nesta unidade escolar de alunos com necessidades especiais após avanços na legislação em prol das pessoas portadora de deficiências?

2. Formação Continuada:

Preparação para trabalhar com alunos com deficiência

3. Entraves enfrentados na prática da educação inclusiva:

Principais dificuldades encontradas como docente/monitor/funcionários, para trabalhar com esse público alvo.

4. Acessibilidade:

Adequação da estrutura física dessa Unidade Escolar para receber todos os alunos com necessidades especiais. Elencar possíveis melhorias.

5. Deficiências:

Dificuldades para trabalhar com os alunos dessa Unidade Escolar com deficiências com características distintas.

6. Políticas Públicas:

Ações a serem desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação para facilitar o processo de inclusão no âmbito escolar

7. Família:

Resistência dos familiares dos alunos sem deficiências, em seus filhos estudarem e conviverem com alunos com deficiência

8. Projeto Político Pedagógico (PPP)

Metas a serem incluídas no PPP em benefício dos alunos com deficiência

9. Sala de Recursos Multifuncionais:

Contribuição da implantação da Sala de Recursos Multifuncionais no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência

10. Gestão Participativa

Subsídios da gestão participativa (decisões em conjunto) para a prática inclusiva no ambiente escolar desta Instituição de Ensino

APÊNDICE B – Roteiro de questionário aplicado aos familiares.

Como fonte de dados da pesquisa “inclusão educacional: perspectivas e desafios em uma escola pública no extremo sul baiano”, tendo como universo da pesquisa: comunidade escolar de uma escola pública municipal no extremo sul baiano.

Data: ___ / ___ /2024

Nome: _____

Sexo: () M () F

Formação Acadêmica: _____

1. Acessibilidade:

Adequação da estrutura física dessa Unidade Escolar para receber todos os alunos com necessidades especiais. Elencar possíveis melhorias.

2. Políticas Públicas:

Ações a serem desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação para facilitar o processo de inclusão no âmbito escolar

3. Família:

Assistência adequada dessa Unidade Escolar para os filhos com deficiência

4. Sala de Recursos Multifuncionais:

Contribuição da implantação da Sala de Recursos Multifuncionais no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência

5. Práticas Pedagógicas:

Ações pedagógicas efetivamente implementadas pela escola para o desenvolvimento dos alunos com deficiência.